



FACULDADE DE DESPORTO
UNIVERSIDADE DO PORTO

Desporto e Autarquias Locais

Intervenção Política na Promoção de Desporto no Concelho de
Tondela

Bárbara Andreia Soares Joaquim

Porto, 2009

Universidade do Porto

Faculdade de Desporto



FACULDADE DE DESPORTO
UNIVERSIDADE DO PORTO

Desporto e Autarquias Locais

Intervenção Política na Promoção de Desporto e Actividade
Física no Concelho de Tondela

Estudo monográfico apresentado à,
FADE – UP no âmbito da disciplina de
Seminário do 5ºano da licenciatura
em Desporto e Educação Física – Opção
Recreação e Tempos Livres

Orientadora: Doutora Maria José Carvalho

Autora: Bárbara Andreia Soares

Porto, 2009

Agradecimentos

A realização deste estudo foi o culminar de uma longo percurso. Por isso é hora de olhar para trás e manifestar os meus sinceros agradecimentos às pessoas, que directa e indirectamente, contribuíram de forma expressiva para a sua concretização.

Deste modo gostaria de agradecer:

À Professora Maria José Carvalho pela orientação e apoio, bem como por todos os conselhos fornecidos no decorrer do trabalho.

Ao Dr. Luís Moreira pela disponibilidade e ajuda prestada sempre que precisei.

Ao técnico de Informática Júlio Pacheco pela disponibilidade, incentivo e por todo o apoio bibliográfico facultado.

Aos responsáveis pelos Serviços Desportivos da Câmara Municipal de Tondela, mas principalmente ao Dr. Carlos Alberto Henrique (Chefe Divisão Desporto) e ao Gonçalo Humbert (técnico de desporto) pelo fornecimento de todas as informações e documentos necessários a elaboração deste estudo.

Aos meus pais pelas privações que passaram e pelos esforços declarados para hoje poder ter chegado aqui.

Ao Marco pela disponibilidade, apoio e compreensão ao longo deste meu percurso académico.

Resumo

Embora a prática do desporto seja um direito de todos, nem sempre é pensada e organizada com o intuito de chegar a todos, satisfazendo as suas necessidades e desejos. Em muitas regiões do país a actividade física ainda se encontra reservada a uma percentagem limitada da população, sendo a centralização do sistema desportivo o desporto de rendimento ou de competição. Com o intuito de satisfazer todas as necessidades, interesses, motivações e desejos dos vários tipos de população (crianças, jovens, adultos, idosos e deficientes) inseridos numa determinada sociedade, torna-se imprescindível que as autarquias promovam actividades desportivas com um carácter predominantemente desenvolvimentista, ou seja dirigidas à generalidade da população – Desporto para Todos.

Com este trabalho pretendemos caracterizar a intervenção política da autarquia de Tondela na promoção de desporto para os seus cidadãos e a realidade desportiva que envolve o Concelho, realizando um levantamento dos estudos e acções da autarquia relativamente à actividade física e desportiva desenvolvida no ano 2008/2009. Assim como verificar se o município consegue dar resposta às necessidades dos munícipes ao nível do desporto, fazendo-o chegar sob as suas mais diversas formas aos diferentes alvos de população.

A metodologia utilizada é essencialmente de natureza qualitativa, uma vez que nos debruçamos sobretudo na análise documental, na interpretação jurídica e na observação participante.

Após análise dos resultados parece-nos que a Autarquia de Tondela orienta a sua intervenção na criação de uma Política Desportiva Concelhia que consegue dar resposta às necessidades de toda a população, não se esgotando numa única vertente desportiva ou criando condições de oferta a um só tipo de população. No entanto existe uma ligeira prevalência das actividades de carácter competitivo bem como um ligeiro desequilíbrio na quantidade de actividades promovidas nas diferentes Freguesias. O Município de Tondela tem igualmente demonstrado preocupações para com a investigação da realidade desportiva do Concelho e com a formação dos seus técnicos desportivos.

Palavras-Chave: Autarquia, Actividade Física, Desporto para Todos e Política Desportiva.

Abstract

Although the practice of sport should be a right for all people, some times this practice isn't organized or planed with that purpose. In several regions of the country, physical activity continues to be part of a restricted group of the population, being the centralization of the system sports the sport competition or income. With the purpose to satisfied the needs, interests and motivations of some groups (children, adults, elderly, young or disabled people) inserted on a given society, it is essential that town halls promote physical activities with an predominantly developmental nature – Sport for All.

With this study we pretend to make a characterization of the Tondela's policy intervention in the promotion of physical activity by the collection of studies, programs and actions developed and implemented with that purposed in 2008/2009. Indeed we also want to confirm if Tondela's policy can meet the needs of residents in sports to reach different populations from different forms.

The methodology used is qualitative in nature, since it was made a critical analysis of documents, legal interpretation and participant observation.

After result's analyzing is clear that Tondela's municipality guide its intervention in the creation of a County Sports Policy that ensures and provides a response to the needs of the entire population. However the character too competitive prevailing in some activities as well as a slight imbalance in the amount of activities promoted in the various parishes. Tondela's municipality has shown concern for the investigation of reality sports in the county as well as the technical training of their sports.

Key Words: Town hall, Physical Activity, Sport for All and Sportive Policy.

Índice Geral

Agradecimentos	V
Resumo	VII
Abstract	IX
Índice de Quadros	XIII
1. Introdução	15
2. Objectivos e Pertinência do Estudo	17
3. Revisão da Literatura	19
3.1. O Conceito de Desporto e Desporto para Todos	19
3.2. Autarquias e Desporto	24
3.3. Enquadramento legal da intervenção das autarquias no desporto	31
3.3.1. O direito constitucional ao Desporto	31
3.3.2. As competências legais das autarquias face ao desporto	31
3.4. O Desporto nas Autarquias: Actividades e Investimentos	35
3.5. Estudos no âmbito do Desporto e Autarquias	40
4. Metodologia	43
4.1. Caracterização do Concelho de Tondela	43
4.2. Procedimentos Metodológicos	49
5. Apresentação e Discussão de Resultados	51
5.1. Realidade Desportiva no Concelho de Tondela	51
5.2. Actividades e respectivos apoios	52
5.2.1. Actividades promovidas pela Autarquia de Tondela	56
5.2.1.1. Jogos Desportivos do Concelho de Tondela	58
5.2.1.2. Desporto na Escola	60
5.2.1.3. Olimpíadas da Amizade	60
5.2.1.4. Escola de Natação (Aprendizagem, Natação Para Todos e Classes Especiais)	61
5.2.1.5. Escola vai à Piscina	62

5.2.1.6. Projecto Combate ao Sedentarismo	62
6. Considerações Finais	71
Bibliografia	7

Índice de Quadros

Quadro 1 - Responsabilidades de interacção das Autarquias Locais, segundo alguns artigos da Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto (LBAFD)	32
Quadro 2 – População e Área Geográfica por Freguesia	45
Quadro 3 – Distribuição da população residente no Concelho de Tondela para os vários escalões etários	48
Quadro 4 – Projectos e Actividades Regulares Anuais	52
Quadro 5 – Critérios de Atribuição de Créditos	59
Quadro 6 – Lista de Penalizações	59
Quadro 7 – Projectos desenvolvidos pela Autarquia de Tondela em várias Freguesias do Concelho	63

1. Introdução

A actividade física e o desporto são para o Homem formas de expressão, que para além de contribuir para o seu aperfeiçoamento, são um meio de aceder ao seu conhecimento e à sua descoberta. Actualmente, o desporto possui um conjunto de valores que lhe promove uma autêntica dimensão da cultura humana, na medida em que o seu progresso resulta da actividade criadora do homem e da acção modeladora da sociedade (Ferreira e Nery, 1996).

Sem dúvida alguma que o desporto é um fenómeno social total uma vez que interage com os vários sistemas que compõem a vida moderna, nomeadamente a tecnologia, a cultura, a economia, a sociedade e a política. O desporto torna-se indiscutivelmente solidário com a evolução do mundo, com valores morais e estéticos que o caracterizam, projectando-se para o futuro (Ferreira e Nery, 1996) e, deste modo, afigura-se num poderoso e potencial instrumento para o desenvolvimento local de uma determinada cidade/região. Todavia, o desporto em Portugal revela grandes carências de múltipla natureza, não tanto no domínio financeiro, mas principalmente ao nível técnico e de organização (Ferreira e Nery, 1996), tornando-se indispensável repensar e planificar estratégias com o intuito de otimizar as acções e promover o desenvolvimento desportivo.

As autarquias são entidades imprescindíveis para promover e auxiliar o desenvolvimento desportivo, criando maiores e mais fáceis condições de acesso às diferentes actividades desportivas ao maior número de cidadãos dos diferentes grupos etários e sociais (Constantino, 1990). Nos dias de hoje, segundo Carvalho (1994), a autarquia aparece como um terreno fértil para a inovação e a modernização de uma determinada localidade/região, permitindo uma reorganização da vida social (actualizada às constantes mudanças inerentes ao mundo).

Inevitavelmente o ser humano preocupa-se cada vez mais com a sua saúde e por um estilo de vida sensato e activo, no entanto para que a prática desportiva esteja associada à saúde, é necessário que a mesma seja

intencionalmente estruturada, planificada, conduzida e controlada (Bento, 1998). Segundo Garcia (2002), o ser humano não tem necessidades básicas universais, pois estas variam de local, de tempo e de pessoa para pessoa. Deste modo, torna-se necessária uma investigação aprofundada dos hábitos e necessidades desportivas da população, de modo a planificar uma intervenção social e desportiva. E é aqui que o conjunto de técnicos com formação especializada e profissional na área de desporto que se ocupam da gestão e administração dos serviços, e não apenas da animação e/ou orientação das actividades desportivas e recreativas, têm um papel fundamental no impulsionar do tão ambicionado desenvolvimento desportivo pelo mais diversos pontos do nosso país.

Com a evolução natural dos tempos, o desporto tem vindo a assumir no panorama contemporâneo um papel de capital importância, quer no plano social, quer no plano pedagógico, traduzindo-se num dos principais meios de educação e formação da população em geral. Deste modo, com este trabalho pretendemos caracterizar a intervenção política da autarquia de Tondela na promoção de desporto para os seus cidadãos e a realidade desportiva que envolve o Concelho de Tondela, realizando um levantamento dos estudos, acções e programas da autarquia relativamente à actividade física e desportiva desenvolvida no ano 2008/2009, e verificar se o município consegue realmente dar resposta às necessidades da população ao nível do desporto e fazer chegar o desporto sob as suas mais diversas formas a todos os seus municípios (diferentes alvos de população).

A estrutura deste estudo consiste numa breve apresentação do problema, seguindo-se a pertinência, a pergunta de partida e os objectivos (geral e específicos) do trabalho. Posteriormente, contém a revisão da literatura, que se consubstancia num enquadramento teórico, passando a descrevermos a metodologia utilizada para a realização do trabalho e respectiva caracterização do Concelho de Tondela. De seguida surge a apresentação e discussão dos resultados, interpretando-os e comparando-os com pesquisas realizadas em estudos de carácter nacional. E por último apresentamos as considerações finais do trabalho, bem como a bibliografia consultada para este estudo.

2. Objectivos e Pertinência do Estudo

O presente estudo surgiu na sequência da relação directa da autora com a autarquia de Tondela ao nível do departamento de desporto e da sua intervenção directa num dos projectos de actividade física na qualidade de técnica de desporto, promovido pela Câmara Municipal em causa. A curiosidade pelo tema “Desporto e Autarquias Locais” prende-se igualmente ao interesse pessoal da autora ao perspectivar um eventual trabalho nesta área.

O desabrochar da admiração, ou seja, o espanto inerente a qualquer investigação, logo patente no cerne do nosso estudo surgiu, no momento em que tivemos conhecimento da envergadura do Projecto de Combate ao Sedentarismo promovido totalmente pela Autarquia de Tondela. A promoção de um conjunto de actividades físicas e desportos aos seus munícipes espalhados pelas mais diversas Juntas de Freguesia, fez com que despontasse a nossa curiosidade para a importância e as funções das autarquias na promoção de actividade física e desporto e, conseqüentemente, aprofundar o nosso conhecimento acerca das actividades promovidas e apoiadas pela autarquia em estudo (Câmara Municipal de Tondela), procurando assim encontrar fundamentos teóricos e práticos que possam responder à nossa pergunta de partida:

Em que medida é que a intervenção política da autarquia de Tondela na promoção de desporto e actividade física dá resposta às necessidades da população ao nível do desporto e fazer chegá-lo a todos os seus munícipes sob as suas mais diversas formas?

Objectivo Geral

O objectivo geral do presente estudo é perceber em que se baseia a intervenção política da autarquia de Tondela na promoção de desporto e actividade física aos seus munícipes e se consegue dar resposta às necessidades da população ao nível do desporto, fazendo-o chegar sob as suas mais diversas formas a todos os seus munícipes.

Objectivos Específicos

- Verificar em que consiste a investigação da realidade desportiva que envolve o Concelho de Tondela.
- Realizar um levantamento das investigações dirigidas pela autarquia de Tondela no domínio do desporto e actividade física do Concelho.
- Realizar um levantamento e breve caracterização das actividades físicas e desportos promovidas e apoiados pela autarquia de Tondela.

3. Revisão da Literatura

3.1. Conceito de Desporto e Desporto Para Todos

O desporto, percebido como fenómeno social nos tempos modernos ou pós-modernos, teve as suas origens nos séculos XVIII e XIX, durante a 1ª revolução industrial, consequência da evolução das estruturas sociais nos domínios da educação, das ciências, da tecnologia e da cultura na Grã-Bretanha, região onde nasceu o desporto moderno.

A pós-modernidade (industrialismo) conferiu ao desporto um conjunto de características únicas, transformando-o numa actividade multifacetada e de enorme abrangência social. E por isto mesmo, muitos autores consideram o século XX o Século do Desporto.

Desde a revolução industrial até os dias de hoje ocorreram algumas transformações sociais, nomeadamente o aparecimento do tempo de não trabalho, ou tempo livre, ou tempo de lazer em oposição ao tempo de trabalho. Segundo Garcia (2002, p. 201) “ O tempo livre é uma das transformações mais visíveis nesta transição secular”; ainda Bento (2004) afirma que, aos poucos a sociedade onde imperava o trabalho deixa de existir, sendo substituída por uma sociedade menos alicerçada no trabalho e mais no tempo vago, ou seja na dedicação ao ócio criativo.

Denota-se que o desporto, tal como a vida, encontra-se em constante mutação e o fenómeno desportivo de hoje encontra-se em verdadeira mudança e com um conjunto diversificado de sentidos (polissemia), de locais de prática (na rua, no mar, na montanha e no estádio), de práticas (pluralismo de actividades e maneiras de as praticar), de corpos (poli morfologia), de sensações, de vestuário desportivo e de equipamentos. O desporto expressa uma variedade e uma polivalência, onde se encontra patente uma multiplicidade de práticas de acordo com diferentes significações e factos sociais. Para além do desporto espectáculo onde impera o rendimento e a competição, do desporto educação integrado nas actividades escolares, do desporto saúde associado à procura incessante da harmonia e do bem-estar do corpo saudável, torna-se imprescindível acrescentar o desporto lazer onde reina a descontração, o divertimento e o convívio.

Para J. Dumazedier citado por (Ferreira e Nery, 1996), o desporto de lazer possui três funções, nomeadamente o relaxamento, o divertimento e o desenvolvimento da personalidade. A função de relaxamento compreende recuperar as energias, através de desportos sob forma jogada, mas sem competição; a função de divertimento destina-se a combater o aborrecimento de uma vida rotineira; a função de desenvolvimento da personalidade, possibilita uma participação social mais alargada, mais livre e sem obrigações, e uma cultura desinteressada do corpo, da sensibilidade e da razão.

Actualmente pratica-se desporto para satisfazer as nossas necessidades pessoais e momentâneas, ou seja, cultivar o nosso eu, tanto físico, através da manutenção da forma e da saúde, como psíquico/ou mental, através da constante superação pessoal, do prazer, do divertimento e da socialização com diferentes pares sociais. É por isto, que o desporto desafio e o desporto prazer estão cada vez mais em voga, em detrimento do desporto onde predomina a competição e o rendimento.

Estudos realizados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) evidenciaram as vantagens de uma actividade física regular na melhoria da condição física das populações, e deste modo os vários Estados viram-se na obrigação de criar políticas de promoção de desporto nas décadas de 60 e 70, nomeadamente a criação de condições de acesso à prática desportiva para todos os grupos etários e a imposição de valores (gosto pelo exercício) na escola, que potenciaram a produção de hábitos de actividade física regular e simultaneamente o prazer da sua concretização.

O movimento da cultura física fixado nas sociedades, que foi primitivamente confirmado pelo Conselho da Europa como o movimento do Desporto para Todos, emerge, segundo vários autores, na ruptura com a sociedade industrial mecanizada, originando a consagração da Carta Europeia do Desporto, que define Desporto como todas as formas de actividade física que, através de uma participação organizada ou não, têm o intuito de expressar ou melhorar a condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis.

Segundo Constantino (1993), o cidadão vive com um novo direito: o Direito ao Desporto. O desporto dos nossos dias deverá ser um desporto para

todos e à medida de cada um com o intuito de satisfazer as necessidades, interesses, motivações e os “momentos” de cada ser que coabita na sociedade.

Com a finalidade de, certo modo, fornecer uma resposta ao problema da individualidade desportiva de cada ser humano, surge uma nova forma de Desporto: o “Desporto para Todos”.

Segundo Branco (1994), o Desporto ocupa um lugar de enorme importância na humanidade, sendo mesmo considerado um dos maiores fenómenos sociais desta, devido ao reconhecimento da sua evolução e pela promoção de valores formativos, sociais e culturais. O ser humano através do desporto procura transpor os danos causados pelo desenvolvimento industrial e económico que caracteriza a sociedade moderna sendo vários os motivos para a procura de uma prática desportiva.

Sousa (1995), aponta alguns factores genéricos, nomeadamente a necessidade de uma maior relação social, o autoconhecimento, a auto-afirmação e a vontade de experimentar novas actividades e sensações, bem como alguns factores específicos, designadamente a prevenção para a saúde, a manutenção e melhoria da condição física, a procura de novos valores sociais e estéticos (beleza e aperfeiçoamento corporal) que imperam na sociedade moderna e que são inerentes à prática de actividade física regular e à necessidade de relaxamento e renovação/recuperação das energias consumidas durante o tempo de trabalho.

Na perspectiva de Carvalho, A. (1994), o desporto é um reflexo da própria modernidade e, deste modo, o desporto do tempo livre, da educação, da manutenção, da recuperação e reeducação, de melhoria de saúde, do espectáculo e do profissionalismo, apoderou-se da realidade social.

Embora a prática de desporto seja um direito de todos os cidadãos, esta nem sempre é organizada e planificada com o intuito de satisfazer as suas necessidades, ficando em muitas situações cingida a uma reduzida percentagem da população. Segundo Carvalho, A. (1994), o “Desporto para Todos” é visto como uma espécie de solução milagrosa para a resolução desta problemática, promovendo equidade de oportunidades desportivas a um conjunto vasto de cidadãos. Na mesma linha de pensamento, o Conselho da Europa defende que o “Desporto para Todos” tem o intuito de facultar um conjunto diversificado de opções e práticas físicas e desportivas ao maior

número de indivíduos, procurando responder às distintas aspirações e desejos das populações.

O conceito de Desporto para Todos abrange, para além do desporto formal, principalmente as diversas formas de actividade física, dos jogos espontâneos, lúdicos, informais, desorganizados, ou seja, as actividades recreativas. Estas actividades vieram retirar de certo modo, o predomínio do desporto federado ou profissional e, simultaneamente, promover um novo significado à prática desportiva, mormente a satisfação e o prazer do indivíduo, descurando de certo modo o resultado e a competição.

Segundo Carvalho, A. (1994), o “Desporto para Todos” é um fenómeno popular que se apoia na criação de condições para que todos os cidadãos tenham possibilidades de beneficiar da actividade desportiva de que têm necessidade num determinado momento da sua existência. Atendendo à enorme diversidade de formas de prática, de motivações e interesses dos vários tipos de população, este autor diferenciou 5 tipos de actividades que visassem responder às necessidades e interesses dos mais diversos munícipes, designadamente:

- **Actividades de carácter intensamente formativo** que procuram responder às necessidades de todas as crianças e jovens, de actividade lúdica como factor determinante de maturação e simultaneamente como meio de educação e integração social da criança e do jovem. Neste âmbito integra-se a educação física escolar, o desporto escolar, a actividade física desenvolvida pelos clubes, as estruturas de animação, formação e aperfeiçoamento nas proximidades da localidade;

- **Actividades de carácter recreativo** onde o indivíduo encontra uma prática organizada ao seu nível, ajustada ao seu gosto e simultaneamente convertida para a melhoria do seu bem-estar físico e psicológico.

- **Actividades de manutenção** que visam responder às necessidades de reconstrução da força de trabalho, de prevenção da saúde, de fruição da natureza, através de actividades organizadas, tanto individuais como colectivas.

- **Actividades de carácter expressivo** que desempenham uma função própria e insubstituível, em especial para grupos particulares (mulheres, deficientes, idosos...). Estas populações especiais podem encontrar nestas

actividades formas principalmente de sociabilidade mas simultaneamente de fruição e de prazer na expressão estética através do corpo.

- **Actividades de confronto directo e intenso (alto rendimento)** que são representadas pela competição do médio ao mais elevado nível e que têm como finalidade responder às necessidades de afirmação e desenvolvimento máximo das capacidades. Neste âmbito encontram-se os espectáculos desportivos onde impera a competição e a constante e obsessiva superação.

Com o aparecimento das políticas europeias de “Desporto Para Todos” introduzidas na década de 60, o desporto converteu-se num assunto a ter em grande consideração pelos poderes públicos, os quais deverão encarar o acesso de todos ao desporto como uma imposição social (Callede, 1991). Assim as autarquias, pela sua proximidade com os respectivos municípios, são as entidades mais apropriadas para proporcionar o desenvolvimento desportivo e simultaneamente responder às necessidades desportivas das populações.

3.2. Autarquias e Desporto

Actualmente o desporto ocupa uma grande e importante parte do quotidiano das populações, com o intuito de desenvolverem suas capacidades cognitivas, afectivas e físicas. No entanto, existem um conjunto de problemas associados a este fenómeno que impede o seu desenvolvimento exponencial, nomeadamente ao nível da gestão/organização e oferta desportiva (condições infraestruturais e serviços desportivos).

A seguir ao pós-guerra constatou-se que em alguns países europeus (Alemanha, França, Inglaterra e Espanha) as autarquias locais começaram cada vez mais a intervir na vida desportiva das respectivas populações. No nosso país a intervenção autárquica somente se começou a verificar depois das transformações políticas e sociais estimuladas pelas alterações de regime. Segundo Carvalho, A. (1994), foi a partir do 25 de Abril de 1974 que o desporto e poder local assumiram um papel determinante, uma vez que os cidadãos eram finalmente entendidos como seres humanos com desejos e aspirações inseridos numa sociedade. Tal é corroborado por Carvalho, M. (2007), ao afirmar que nos últimos trinta anos os municípios emergiram como entidades proporcionadoras de desenvolvimento desportivo local e nacional. Deste modo é lógico o desenvolvimento desportivo surgir da intervenção autárquica, na medida em que o desporto é um fenómeno inerente à vida de cada munícipe, de cada grupo e de cada população.

Segundo a perspectiva de Constantino (1997), o papel das autarquias será de extrema importância no futuro, caso estas entidades procurem promover e estimular o aumento da oferta de condições que possibilitam a prática desportiva qualificada da maioria da população. No entanto, o desporto não pode ser considerado somente numa das suas partes, o desporto formal, onde impera a competição e o espectáculo, mas sim ao nível de todos os outros domínios, nomeadamente saúde, bem-estar, lazer, recreação e educação, no sentido das autarquias conseguirem dar resposta ao maior número de necessidades desportivas da população. Na perspectiva de Carvalho, M. (2007), é abusivo e incorrecto patentear umas das formas de expressão do desporto em detrimento de outras. Sendo que Pires (2000), afirma que a autarquia terá uma responsabilidade crescente na configuração

do desporto do futuro, potenciando o equilíbrio entre o excessos da vertente do rendimento tão apreciada pelo Estado Central e o excesso do espectáculo desportivo do mercado e, simultaneamente, deverá promover um justo equilíbrio entre todos os parceiros, públicos e privados, com ou sem fins lucrativos, individuais ou colectivos que se ocupam do fenómeno desportivo.

A confiança colocada nas autarquias como a grande estratégia para o desenvolvimento desportivo é enorme, na medida em que, segundo Constantino (1999), o princípio constitucional que fornece ao estado a responsabilidade de fomentar e estimular a prática desportiva, leva a que as autarquias assumam um lugar estratégico na realização desta aspiração. Na perspectiva de Carvalho, M. (2003) e de acordo com a legislação existente entre nós, a actuação das autarquias passa pela construção de infra-estruturas desportivas, a organização de actividades dos clubes, ao desenvolvimento de actividades desportivas nas escolas até à organização de grandes eventos desportivos. Cunha (1997), considera que as autarquias possuem a capacidade de gerir processos de desenvolvimento desportivo na sua área administrativa. Na mesma perspectiva, Pires (1993), defende que o sector do desporto autárquico assume-se como o sector do futuro, uma vez que desfruta de todas as capacidades para desenvolver autênticos projectos ao nível do sistema desportivo.

Segundo Constantino (1997), o trabalho autárquico deverá centralizar-se mais nos cidadãos e menos no espectáculo desportivo, mais no desporto ao alcance de todos e menos no desporto para alguns praticarem, enquanto outros simplesmente assistem. Este mesmo autor vai ainda mais longe (2000), afirmando que uma autarquia deve promover e estimular o aumento da oferta de condições que permitam à maioria dos cidadãos o acesso às mais diversas formas de prática desportiva, com o intuito das populações adquirirem um estilo de vida activo onde o desporto seja entendido como um meio imprescindível de valorização individual e colectiva.

As autarquias necessitam de criar um conjunto de estratégias de intervenção, de modo a manter acesa a crença que depositam na sua capacidade de impulsionar o desenvolvimento desportivo, nomeadamente na criação de condições de prática desportiva para todos os seres que se inserem

no seu município. Neste sentido, concordamos com o modelo de intervenção das autarquias defendido por Constantino (1994):

1. Generalização do acesso à prática do desporto, com a pretensão de aumentar os níveis de participação e frequência dos diferentes escalões etários e sociais da população;
2. Criação de infraestruturas com impacto directo sobre o crescimento desportivo;
3. Melhoria da qualidade das actividades e práticas desportivas ao nível material, humano e logístico;
4. Cooperação com sociedade civil, nomeadamente o associativismo desportivo e a iniciativa privada;
5. Modernização da gestão e estruturação das estruturas municipais.

Nunes (1999), também sugere que as autarquias devem desenvolver uma política desportiva regida por um conjunto de objectivos, dos quais enunciamos alguns:

- Promover a utilização válida do tempo livre de cada indivíduo, quer em formas competitivas a diferentes níveis, quer em outras formas diversificadas não competitivas;
- Estimular a realização de actividades desportivas de rendimento;
- Promover as actividades físicas e desportivas interrelacionadas com o sistema educativo;
- Impulsionar a realização de actividades físicas e desportivas orientadas para grupos especiais da população;
- Auxiliar o associativismo local;
- Contribuir para a construção de bases materiais, designadamente instalações e equipamentos;
- Promover a participação do maior número de instituições na definição do Plano ou Projecto de Desenvolvimento Desportivo Municipal;
- Fomentar a organização e desenvolvimento de projectos de actividades para grupos da população que não se encontram integrados.

Pereira (1995), considera ainda que os objectivos de qualquer autarquia e dos seus serviços são:

- Garantir a melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes, criando infraestruturas, equipamentos, condições e meios que lhes permita, da melhor

maneira possível, a concretização dos seus objectivos pessoais, familiares e profissionais;

- Concretizar as suas atribuições com o máximo de eficiência, ou seja, alcançar os seus objectivos com elevada optimização e rentabilização dos seus meios e recursos, e com o mínimo de custos;

No domínio do Desporto, e seguindo a perspectiva de Pereira (1998), os objectivos políticos de qualquer Câmara Municipal consistem em criar mais e melhores condições para a prática desportiva, de modo a atender as aspirações, os desejos, as motivações e necessidades dos vários munícipes e conseqüentemente aumentar o número de praticantes desportivos; estimular e apoiar a prática do associativismo, nomeadamente os clubes, as colectividades e outras entidades que promovam a prática desportiva, facultando condições e meios com o intuito de melhorar a qualidade e o incremento dos serviços dirigidos à população; e finalmente dotar o município de equipamentos e espaços com qualidade, apropriados à prática desportiva, cultural e recreativa para todos os cidadãos, designadamente crianças, jovens, idosos, deficientes, mulheres e homens.

Cada autarquia possui um determinado relacionamento com o desporto, dependendo nomeadamente dos seus interesses, costumes e tradições culturais. No entanto, cada município procura democratizar a prática das actividades físicas e desportivas, podendo mesmo oferecer condições de prática de qualidade acrescida.

Nos dias que correm a câmara municipal é assumida como o veículo de excelência que auxilia as populações, na medida em que qualquer actividade social, económica, desportiva ou cultural requer a participação das autarquias (Constantino, 1994).

Segundo Carvalho, A. (1994), o município vive num sistema de contradições de extrema complexidade: por um lado existe a pressão das necessidades que impõe a elaboração de respostas que passam inevitavelmente pela construção de instalações sempre dispendiosas; por outro lado os limites de orçamento e a profusão dos problemas por solucionar opõem-se à primeira problemática. Depois existe a necessidade de dar prioridade à resolução dos problemas do desporto “local” mas, simultaneamente, existe a pressão do espectáculo desportivo e a importância

da prática de alto nível para a imagem do município. Deste modo, a acção da autarquia divide-se num processo contraditório permanente, criando facilmente uma política desagregada em função dos diferentes interesses. O mesmo autor afirma que as dificuldades financeiras parecem ser uma grande problemática comum às autarquias, não conseguindo muitas vezes dar resposta às diversas necessidades da população. Neste sentido e segundo Carvalho, M. (2007), existe a ideia de que o poder local actua sobre as crises financeiras dos clubes de modo a que não atinjam a ruptura, podendo-se assim, constatar a recorrência de determinadas instituições (clubes, associações culturais, desportivas e recreativas, empresas desportivas e escolas) à autarquia, solicitando apoios financeiros, logísticos e técnicos.

As autarquias possuem um papel determinante no desenvolvimento desportivo e deste modo torna-se necessário organizar sucessivos processos de levantamentos e tratamento de dados, com o intuito de desenvolver projectos de desenvolvimento suportados em informações reais da população. Nesta perspectiva (Dias 2000), afirma mesmo que é necessária a realização de estudos indispensáveis para fundamentar as decisões tomadas e elaborar propostas que vão de encontro às carências detectadas. Neste sentido, Constantino (2002), afirma que a elaboração das políticas educativa, desportiva e de saúde, deverão ser instrumentos importantes para uma adequada e fundamentada política pública, enquanto que Pereira (2000), considera de extrema importância a realização de estudos, nomeadamente a carta do associativismo desportivo, a carta dos espaços naturais para a prática desportiva, a carta da procura da prática desportiva, a carta do enquadramento humano no desporto e a carta da condição física da população, com a finalidade de promover um desenvolvimento desportivo apropriado à situação desportiva do respectivo concelho. Segundo Pires (1996), também é crucial dotar os municípios de recursos humanos com capacidades para elaborarem projectos de acordo com a realidade. Somente com esta investigação e análise de resultados se torna possível satisfazer as necessidades e exigências de uma tão vasta e diversa população.

Seguindo a perspectiva de Constantino (1990), para além das autarquias se preocuparem em criar condições e formas de acesso à prática desportiva para as diferentes populações, esta deve igualmente interessar-se em garantir

uma apropriada qualidade no exercício dessa prática. De modo a garantir uma qualidade de prática desportiva torna-se necessária a existência de técnicos desportivos profissionais e competentes, que na opinião de Pereira (2000), terão que ter uma formação específica na área da educação física e desporto e que devem estar independentes de qualquer movimento partidário de modo a poderem sustentar melhor as posições e opiniões associadas à política desportiva. O mesmo autor reforça que não basta formar um quadro técnico com suporte no grau académico, tornando-se imprescindível uma sensibilidade para a pesquisa, para a formação contínua, pessoas críticas e reflexivas, e simultaneamente acessíveis, sociáveis e receptivas.

Embora estas opiniões dos diferentes autores sejam as ideais, muitas vezes não é o que se observa e/ou se encontra patente em diferentes autarquias do nosso país, na medida em que segundo Ferreira e Nery (1996), ainda existem autarquias que não possuem qualquer técnico ou mesmo serviço de desporto, enquanto que outras possuem um número reduzido de técnicos para se ocuparem da gestão e administração dos respectivos serviços e não somente da animação e/ou orientação técnica de algumas actividades desportivas e recreativas desenvolvidas pelas autarquias.

Vários estudos foram realizados ao nível dos recursos humanos integrados nos quadros das autarquias, no entanto muitos possuem resultados inconclusivos. Nesta perspectiva Pires (1996), refere que cerca de 35,6% das autarquias tinham técnicos desportivos e que 16,5% desses possuíam cursos superiores e bacharelatos, enquanto que, noutro estudo, Constantino (1994), assegura que apenas 53,5% das autarquias tinham pelouros de desporto e destes, 46% não possuíam qualquer técnico e somente 25% dispunham de um plano de desenvolvimento desportivo local. No estudo de Pereira (1998), constata-se que 63% das 117 autarquias analisadas possuem um responsável técnico pela área do desporto e destes, 75,4% desenvolviam a sua actividade em regime de trabalho a tempo inteiro. Um estudo ligeiramente mais recente Costa (2002), refere que a quantidade de gestores desportivos municipais teve um crescimento relativo de 23,6% de 2000 para 2002, no entanto as 236 Câmaras Municipais ainda não se preocuparam muito em integrar gestores desportivos nos seus quadros.

De modo a se alcançar um desenvolvimento desportivo de qualidade, é indispensável que este seja acompanhado e orientado por um enquadramento técnico compatível, profissional e competente, com o intuito de criarem planos estratégicos oportunos para satisfazer as necessidades e exigências dos vários tipos de populações que coexistem numa determinada região. No entanto, Sarmiento (2004), refere que torna-se necessário um esforço de reflexão neste âmbito, procurando uma reestruturação dos órgãos autárquicos ao nível da sua organização e estrutura interna.

Como se pode averiguar, é da responsabilidade e da competência da autarquia um conjunto vasto de funções em diferentes áreas, com a finalidade de alcançar um desenvolvimento desportivo estratégico, organizado, coerente, sustentado e de qualidade do concelho, procurando criar condições de prática e de acesso, igualdade de oportunidades de escolha e de prática a toda a população. Relativamente às áreas de intervenção das autarquias, Pereira (2000), define-as de forma muito exacta: associativismo desportivo, equipamentos e instalações desportivas, promoção de actividades físicas e desportivas, relacionamento com o sistema educativo, espaços de jogo e recreio, desporto profissional e espectáculos desportivos, formação, informação, documentação e novas tecnologias.

A política desportiva das autarquias deve apoderar-se das várias ferramentas, nomeadamente da tecnologia para promover momentos de publicidade, ou seja, divulgação e dinamização desportiva com o intuito de promover o concelho. De acordo com Conceição (2007), um ambiente de dinamização desportiva estimula a criação de novos públicos locais para as diferentes áreas do desporto, chegando mesmo a considerar que as políticas desportivas abertas ao exterior serão a melhor forma de encontrarem valorização e reconhecimento no seu interior.

3.3. Enquadramento legal da intervenção das autarquias no desporto

3.3.1. O Direito Constitucional ao Desporto

A Constituição da República Portuguesa de 1976, no respectivo artigo 79º - Cultura Física e Desporto, expressa que “todos têm direito ao desporto e que incumbe ao estado, em colaboração com as escolas e as associações e colectividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da Cultura Física e do Desporto, bem como prevenir a violência no desporto”.

O desporto também está patente de forma explícita em outras disposições constitucionais, designadamente:

Artigo 64º - O direito à protecção da saúde é realizado (...) pela promoção da cultura física e desportiva, escolar e popular.

Artigo 70º - Os jovens, sobretudo os jovens trabalhadores, gozam de protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente (...) na educação física e no desporto.

Desde 1976, aquando do surgimento da versão original da Constituição até à actualidade, o fenómeno desportivo expandiu-se progressivamente, passando literalmente de um simples reconhecimento para uma autêntica afirmação do direito de todos ao desporto.

3.3.2. As competências legais das autarquias face ao desporto

As autarquias têm como competência desenvolver políticas de desenvolvimento desportivo elementares, com o intuito de responder às expectativas e interesses das populações. No entanto, a política desportiva de uma autarquia torna-se constantemente numa relação de conflitualidade, originada pelo quadro deficitário característico do sistema desportivo nacional (Matos, 2000).

Como considera Carvalho, M. (2003), os elementos estruturantes do quadro legal da competência das autarquias face ao desporto encontram-se assentes em três documentos fundamentais, por um lado na Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto (LBAFD - Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro) e por outro lado nos dois diplomas específicos das autarquias locais: Lei n.º 159/1999, de 14 de Setembro e Lei n.º 169/1999, de 18 de Setembro.

A Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro – Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto (LBAFD) define as bases das políticas de desenvolvimento da actividade física e do desporto, podendo-se encontrar no Quadro 1 um conjunto de artigos nos quais as autarquias locais têm responsabilidades de intervenção e determinados propósitos a desenvolver em diferentes domínios.

Quadro 1: Princípios e Domínios de intervenção das Autarquias Locais, segundo alguns artigos da Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto (LBAFD).

Autarquias Locais	Princípios e Domínios de Intervenção
	Todos têm direito à actividade física e desportiva, independentemente da sua ascendência, sexo, raça, língua (...) condição social ou orientação sexual. (Artigo 2.º, nº 1)
	A actividade física e o desporto devem contribuir para a promoção equilibrada e não discriminatória entre homens e mulheres. (Artigo 2º, nº 2)
	Incumbe ao estado (...) e às autarquias locais, a promoção e a generalização da actividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos. (Artigo 6.º, nº 1)
	Devendo adoptar programas que visam criar espaços públicos aptos para a actividade física, incentivar os hábitos de actividade física regular e promover a conciliação da actividade física com a vida pessoal, familiar e profissional. (Artigo 6.º, nº 2)
	Incumbe à Administração Pública (...) apoiar e desenvolver a prática desportiva regular e de alto rendimento, (...) disponibilização de meios técnicos, humanos e financeiros, incentivar as actividades de formação dos agentes desportivos (...). (Artigo 7.º, nº 1)
	O Estado, em estreita colaboração com (...) as autarquias locais e entidades privadas, desenvolve uma política integrada de infra-estruturas e equipamentos desportivos com base em critérios de distribuição territorial equilibrada (...), visando a criação de um parque desportivo diversificado e de qualidade, em coerência com uma estratégia de promoção de actividade física e desportiva, nos seus vários níveis e para todos os escalões e grupos da população. (Artigo 8, nº 1)
	A lei determina a elaboração da Carta Desportiva Nacional, a qual contém o cadastro e o registo de dados e de indicadores que permitam o conhecimento dos diversos factores de desenvolvimento desportivo (...). (Artigo 9.º, nº 1)
	As actividades desportivas escolares devem valorizar a participação e o envolvimento (...) das autarquias locais na sua organização, desenvolvimento e avaliação. (Artigo 28.º, nº 2)

A actividade física e a prática desportiva por parte das pessoas com deficiência é promovida e fomentada (...) pelas autarquias locais com as ajudas técnicas adequadas (...), tendo em vista a plena integração e participação sociais, em igualdade de oportunidades com os demais cidadãos. **(Artigo 29.º)**

(...) podem beneficiar de apoios e comparticipações financeiras por parte (...) das autarquias locais, as associações desportivas, bem como eventos desportivos de interesse público (...). **(Artigo 46.º)**

Segundo Meirim (2007) a LBAFD apresenta soluções bem concretas em múltiplos domínios, contudo ignora a realidade, marginaliza o movimento associativo e descarta a importância das autarquias locais no desenvolvimento desportivo nacional.

A Lei n.º 159/1999, de 14 de Setembro, estabelece o quadro de atribuições e competências para as autarquias locais em diferentes áreas (cultura, educação, desporto, ocupação dos tempos livres, ensino, saúde e solidariedade social). Deste modo, no n.º 1 dos artigos 13.º e 14.º, esta lei considera que os municípios e as freguesias dispõem de atribuições no domínio dos tempos livres e do desporto, sendo evidente no artigo 21.º que é da competência dos órgãos municipais um conjunto de funções, tais como “o planeamento, a gestão e a realização de investimentos públicos no domínio” das “instalações e equipamentos para a prática desportiva e recreativa de interesse municipal”. Também é da competência das autarquias apoiar actividades desportivas e recreativas de interesse municipal e apoiar a construção e conservação de equipamentos desportivos e recreativos no âmbito local (alíneas b e c, do n.º 2).

Por outro lado, a Lei n.º 169/1999, de 18 de Setembro, estabelece o quadro de competências, bem como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das juntas de freguesias. No n.º 4, do artigo 64.º torna-se patente que é da responsabilidade da câmara municipal no âmbito do apoio a actividades de interesse do município:

- a) Deliberar sobre as formas de apoio às entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com o intuito à prossecução de obras ou eventos de interesse municipal, (...);

- b) Apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza (...) desportiva, recreativa ou outra.

No entanto, o artigo 66º assegura no nº 2, que a câmara municipal pode delegar competências nas Juntas de Freguesia, mediante a celebração de protocolos, nomeadamente ao nível da gestão, conservação e reparação de equipamentos da propriedade do município.

3.4. O Desporto nas Autarquias: Actividades e Investimentos

O Desporto assume uma conquista cultural do séc. XX, sendo comprovado por vários estudos os seus benefícios, desde que correctamente orientado, ao nível da saúde, da cultura, da socialização e da integração social (Graça, 1998). Uma vez que o acesso ao desporto assume-se como um direito de equidade e de integração social para todos os cidadãos, expresso no artigo 79º da Constituição da República, o Estado e mesmo a sociedade possuem um grande desafio, nomeadamente no encontro de formas organizadas e controladas, que possibilitam um maior acesso à prática desportiva e consequentemente melhorar a qualidade de vida de toda a população e a humanização da vida social. A este grande desafio aliam-se as Câmaras Municipais, que segundo Constantino (1989), têm como missão e vocação democratizar a prática das actividades físicas e desportivas, procurar criar deste modo mais e melhores condições de acesso às práticas desportivas do maior número de cidadãos dos mais diversos grupos etários da população.

Com o intuito de satisfazer todas as necessidades, interesses, motivações e desejos dos vários tipos de população inseridos numa determinada sociedade, torna-se imprescindível que as autarquias promovam actividades desportivas com um carácter predominantemente desenvolvimentista, ou seja dirigido à generalidade da população – Desporto para Todos. De modo a que as autarquias possam colocar em prática a política de “Desporto para Todos”, uma série de requisitos deverão ser atendidos na perspectiva de Alves (2000), nomeadamente:

- Criar uma variedade de actividades desportivas para que cada indivíduo possa eleger a actividade mais adequada em qualquer altura da sua vida. A actividade física de lazer, o desporto de competição e o desporto de alto nível constituem uma unidade, sendo fornecida igual consideração às diferentes componentes;
- Disponibilizar meios apropriados para o desporto: pessoal, instalações e organização deverão ser providenciados;
- Informar a população dos benefícios do desporto, dos perigos que este possa ter, bem como das possibilidades em participar nele.

De acordo com Constantino (1994), a autarquia deve também preocupar-se em oferecer práticas onde possa ser constatada a qualidade,

nomeadamente através da avaliação das condições materiais, dos meios técnicos, dos recursos humanos, das condições higiénicas e sanitárias, das condições de aprendizagem e dos valores éticos e culturais difundidos. Sem dúvida alguma que as actividades organizadas pelas autarquias devem ser munidas de requisitos de elevada qualidade ao nível da orientação técnica e pedagógica, das formas de organização e da qualidade das instalações, conseguindo, deste modo, com que os diferentes cidadãos consigam alcançar uma satisfação total numa determinada prática desportiva.

Torna-se então pertinente averiguar que tipo de práticas desportivas deverão as autarquias apoiar e promover, sendo que Pires (1988), defende que existem três modelos padrão de organização, designadamente:

- o modelo formal de gestão tradicional em que a sua expressão máxima centra-se no desporto federado e nas competições de alto nível, tendo o espectáculo como “motor” e uma perspectiva extremamente rígida e estandardizada ao nível da organização e da prática;
- o modelo não-formal que corresponde ao modelo de co-gestão. A orientação para a especialização, objectivo do desporto formal, desviou da prática desportiva uma grande percentagem da população, uma vez que não tinham motivação e possibilidades para a prática desportiva nesta dimensão. As actividades não formais vieram, de certo modo, fornecer resposta a esta problemática, na medida em que são organizadas num regime de co-gestão, ou seja, “proporcionam uma co-responsabilização na organização e na condução das práticas desportivas, por parte dos praticantes e daqueles que os enquadram” (Pires, 1993);
- o modelo informal a que compreende a auto-gestão da prática, percebido como a capacidade de cada um auto-gerir a sua própria prática desportiva.

De acordo com este autor, qualquer organismo desportivo deverá possibilitar o acesso da população aos três tipos de estrutura organizacional mencionados anteriormente, pois só assim será possível satisfazer as necessidades e interesses das diferentes populações-alvo. Seguindo esta perspectiva, sem dúvida que as autarquias devem sustentar a sua intervenção com base nestes pressupostos, criando actividades diversas, ou seja que se situem nas diferentes áreas organizacionais.

Segundo Constantino (1999), o jovem possui necessidade de praticar desporto na escola e fora desta. O valor simbólico do desporto assume uma particular atracção junto dos jovens mas igualmente de pais, educadores, instituições e organismos oficiais e privados que, pelos mais diversos motivos, encontram no desporto um auxiliar indispensável na formação dos jovens e na ocupação dos seus tempos livres. Nesta perspectiva o mesmo autor defende que as autarquias podem e devem cooperar com as escolas e com os professores, principalmente do 1º ciclo do Ensino Básico, com o intuito de melhorarem as condições que são cedidas às crianças e jovens, nomeadamente dotar espaços lúdicos e áreas de jogo, equipamentos e material didáctico, e apoio à formação dos professores. O Desporto Escolar aparece assim como uma preocupação das autarquias, procurando apoiar, estimular e reunir vontades, meios e recursos de modo a melhorar a oferta de condições para a prática do desporto no interior da escola.

Relativamente ao movimento associativo nem todos são merecedores dos apoios públicos, pois nem todos possuem indiscutíveis funções sociais (Constantino, 1999). Deste modo, é obrigação do Estado (da administração central à local) ser exigente, e não comprometer recursos onde não existam resultados sociais e desportivos inequívocos, bem como dirigentes que não dão garantias de idoneidade, responsabilidade e adequado uso dos recursos públicos que são disponibilizados. As autarquias possuem igualmente um papel fundamental na promoção de uma vida mais saudável a todos os cidadãos através do desenvolvimento de um conjunto de oportunidades de ofertas de actividades físicas na escola, no clube e no bairro, criando igualmente percursos pedonais, pistas cicláveis, parques, terrenos de jogo e de aventura e circuitos de manutenção acessíveis e seguros.

Atendendo ao Projecto Importância Económica do Desporto editado pela Direcção Geral de Desportos em 1987 e citado por Carvalho, A. (1994), a Administração Local é aquela que mais gasta em Desporto uma vez que as suas receitas provenientes da actividade desportiva somente cobrem 12,4% das despesas. Baseando-se em alguns estudos, o mesmo autor afirma que em 1987, 39,5% da despesa da administração pública no desporto foi realizada pelas autarquias locais, sendo da responsabilidade da administração central, através dos Ministérios da Educação e do Planeamento e Administração

Territorial, os restantes 60%. Em 1991, a situação inverteu-se de forma expressiva, ou seja a administração pública suportou 54% do investimento no desporto, sendo que o governo disponibilizou os restantes 46%. De acordo com os resultados retirados do Programa Integrado do Desenvolvimento Desportivo 1991/1992, as autarquias despenderam dos seus orçamentos para o desporto, 75% em infra-estruturas, 8,6% em actividades, 8,2% em pessoal e 7,6% em manutenção. No entanto, Pires (1993), estrutura as despesas da seguinte maneira: 55,34% despendido para a construção e manutenção de instalações, 27,76% para subsídios a clubes, seguindo-se as despesas que representam as práticas desportivas desenvolvidas e orientadas pelas próprias Câmaras Municipais.

Segundo um relatório do Desenvolvimento Humano 1994 sobre a prática desportiva realizado no âmbito do “Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento”, citado por Pires (1994), Portugal surge no 42º lugar, atrás da Espanha (23º lugar), da Grécia (25º lugar), da Letónia (30º lugar), da Hungria (31º lugar) e até de Malta (41º lugar), ou seja, atrás de todos os países da União Europeia. Esta presença na cauda dos países da União Europeia mantém-se, pois segundo estudos mais recentes, como o da União Europeia em 2004, demonstra claramente que Portugal é o país dos “quinze” com menor percentagem da população a praticarem desporto. Torna deste modo crucial criar medidas que transformem esta infeliz e preocupante realidade.

Assim, pode-se assegurar que actualmente as autarquias locais desempenham um papel decisivo no funcionamento e impulsionamento global do Sistema Desportivo. No entanto, e segundo Carvalho, A. (1994), os municípios possuem limites financeiros demasiado estreitos para dar resposta às imensas necessidades da população, nomeadamente equipamentos e instalações desportivas, apoio ao associativismo, financiamento de iniciativas com incidência local, regional e nacional, comparticipação em várias actividades (escolares, educação, entre outras), cedência de transportes, funcionamento e manutenção das infra-estruturas desportivas, pagamentos a monitores, entre outras, necessitando por vezes de recorrer a empréstimos.

Deste modo, torna-se imprescindível encontrar soluções para ultrapassar estas fragilidades, que em muitas situações são fruto de reduzida organização, gestão e comunicação entre o Poder Central e Local, e começar a

criar uma onda de envolvimento e comunicação com as populações, em que a mensagem da actividade física e do desporto esteja permanentemente associada à cultura do tempo livre, à manutenção da condição física, à saúde individual, à valorização da qualidade de vida e à promoção do bem-estar (Constantino, 1999).

3.5. Estudos no âmbito do Desporto e Autarquias

Alguns estudos têm sido realizados, ao nível nacional, acerca do papel das autarquias na promoção de actividades físicas e desportivas, bem como nos programas de apoio ao movimento associativo, podendo-se perceber melhor a importância destas instituições para o fomento da prática desportiva por todo o país e pelos diversos tipos de população.

No estudo efectuado na Área Metropolitana do Porto – Desporto e Autarquias, Monteiro (2001), constatou que das nove autarquias investigadas, quatro desenvolveram mais actividades de recreação (importância de 70% - Maia, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila Nova de Gaia), quatro mais actividades de rendimento (importância de 98% - Matosinhos, 80% - Porto, 70% - Gondomar e Vila do Conde, enquanto que a autarquia de Espinho deu igual importância aos dois tipos de actividade. O mesmo autor verificou que as actividades de rendimento possuem uma maior importância do que as de recreação, sendo as primeiras mais orientadas à população jovem dos 10 aos 30 anos e as segundas a todas as idades com uma ligeira excepção para a faixa etária dos 20 aos 50 anos.

No estudo realizado por Cálão (2003), no Concelho de Viseu acerca da procura e oferta desportiva, o autor pode confirmar que os munícipes do Concelho de Viseu estavam satisfeitos com a situação desportiva na globalidade do Concelho e pouco satisfeitos nas zonas onde residem, sendo da percepção dos munícipes, a assimetria considerável no acesso às actividades desportivas em diferentes zonas do Concelho. As mulheres, os indivíduos pertencentes ao grupo etário dos 25 aos 64 anos e as pessoas que residem mais longe do centro do Concelho são as populações que menos praticam actividade física ou desportiva e que a rejeitam. Uma das conclusões mais positivas deveu-se ao interesse de metade da população em iniciar ou reiniciar a prática de qualquer modalidade/actividade desportiva.

Após a realização do Estudo – Levantamento e Análise da Situação Desportiva do Concelho de Gondomar/2005, Fougo (2006), afirma que a autarquia de Gondomar apoia o Movimento Associativo (práticas desportivas, organização de eventos desportivos através da disponibilidade de recursos financeiros, humanos e logística), e as práticas desportivas populares. A autarquia desenvolve alguns programas, nomeadamente “Educação Física e

Desporto...Já”, “Desporto Depois dos 60 anos” e “Natação para o 1º Ciclo do Ensino Básico”, sendo dirigidos respectivamente, a 8500 alunos do 1ºCiclo do Ensino Básico das 69 Escolas e 44 Infantários do Concelho; a 217 utentes em 14 centros de 3ªIdade; e a 1600 alunos. Na perspectiva do mesmo autor, a autarquia de Gondomar descarta a formação dos agentes desportivos, apoia bastante o movimento associativo e teima em não se afastar das modalidades tradicionais, não conseguindo dar resposta ao chamado desporto para todos.

No Estudo acerca da análise da política desportiva do Concelho de Penafiel à luz dos pressupostos do planeamento, Milheiro (2007), pôde comprovar que a intervenção municipal no âmbito do desporto é realizada maioritariamente de forma indirecta, pelo apoio financeiro ou técnico ao associativismo, e que todas as actividades organizadas unicamente pelo Pelouro do Desporto se enquadram na orientação da política desportiva para todos.

Matos em 2000 realizou um estudo no Município de Santo Tirso acerca do Planeamento de Instalações Desportivas no Município – A procura da Prática Desportiva na Estratégia do Planeamento, conseguindo concluir que:

- a população que mais pratica desporto são os jovens;
- as modalidades desportivas mais praticadas são o futebol, a natação e a ginástica, sendo reflexo da oferta das instalações existentes;
- a população prefere as actividades de recreação e manutenção;
- os habitantes dos centros urbanos têm o acesso mais rápido e facilitado às instalações e actividades desportivas;
- mais de metade da população encontra-se motivada para a prática desportiva, desejando iniciar ou regressar a uma actividade desportiva;
- 2/3 da população considera que o desporto de recreação e lazer deverá ser o principal alvo de atenção da autarquia.

Em 2006 Vasconcelos investigou sobre a oferta desportiva das Autarquias de Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel, constatando que:

- todas as Autarquias promovem actividades directamente e em parcerias com outras entidades;

- as Autarquias de Paços de Ferreira e Penafiel privilegiam o apoio à iniciativa de terceiros e ao associativismo desportivo, e as restantes Autarquias privilegiam a promoção directa de actividades desportivas;
- todas as Autarquias têm escola desportiva municipal (natação) que abrange todos os segmentos da população;
- todas as Autarquias preocupam-se em apetrechar o Concelho de infra-estruturas desportivas.

De modo a possuir um maior conhecimento da realidade desportiva do Concelho de Tondela e dos hábitos e necessidades desportivas da sua população, a Divisão de Desporto, Juventude, Turismo – Câmara Municipal de Tondela em 2008 realizou um estudo acerca dos hábitos desportivos da população do Concelho de Tondela, conseguindo comprovar que:

- 87% da amostra preferem a prática de actividade física ou desportiva em grupo, em detrimento das individuais (13%);
- 41% dos munícipes não praticam qualquer actividade, no entanto manifestam interesse de pertencer ao grupo de praticantes;
- Os munícipes que não praticam qualquer actividade são essencialmente do género feminino e indivíduos com idades compreendidas entre 25 e 64 anos;
- 25% da população participa efectivamente em actividades;
- as razões destacadas para a prática de actividade física ou desportiva estão essencialmente ligadas com a saúde, o convívio, o divertimento, lazer e recreação;
- As razões subjacentes a não concretização do desejo de praticar desporto estão relacionadas com os recursos temporais (falta de tempo e incompatibilidade de horários);
- Os munícipes têm uma boa percepção da oferta desportiva, ou seja, da realidade desportiva que os envolve;
- Os munícipes classificam a situação desportiva global do Concelho de forma superior em relação aos locais onde residem (zonas mais afastadas do centro do Concelho).

4. Metodologia

De acordo com Pires (1989), um processo de investigação deve envolver uma determinada metodologia, ou seja, um conjunto de operações que conduzem à averiguação dos objectivos da investigação.

Deste modo, nesta parte do trabalho encontram-se expostos os procedimentos metodológicos que decidimos adoptar, com vista a alcançar os objectivos estabelecidos.

4.1. Caracterização do Concelho de Tondela

Este estudo incide sobre o Concelho de Tondela que é constituído por 26 freguesias (Barreiro de Besteiros, Campo de Besteiros, Canas de Santa Maria, Caparrosa, Castelões, Dardavaz, Ferreiros do Dão, Guardão, Lajeosa do Dão, Lobão da Beira, Molelos, Mosteirinho, Mosteiro de Fráguas, Mouraz, Nandufe, Parada de Gonta, Sabugosa, Santiago de Besteiros, São João do Monte, São Miguel de Outeiro, Silvares, Tonda, Tondela, Tourigo, Vila Nova da Rainha e Vilar de Besteiros).

O Concelho de Tondela, com localização na região Centro/Norte de Portugal, pertence ao Distrito de Viseu. Este é constituído por 24 Concelhos e 372 Freguesias, sendo que a Cidade de Tondela, apresenta uma localização estrategicamente privilegiada no continente nacional entre o Sul e o Norte, assim como litoral e o interior, situando-se entre os distritos de Aveiro a ocidente, Guarda a oriente e Coimbra a sul (Divisão de Desporto, 2008).

O Concelho de Tondela possui uma área geográfica total de 371,2 Km² e encontra-se subdividido territorialmente em 26 freguesias. (Figura 1)

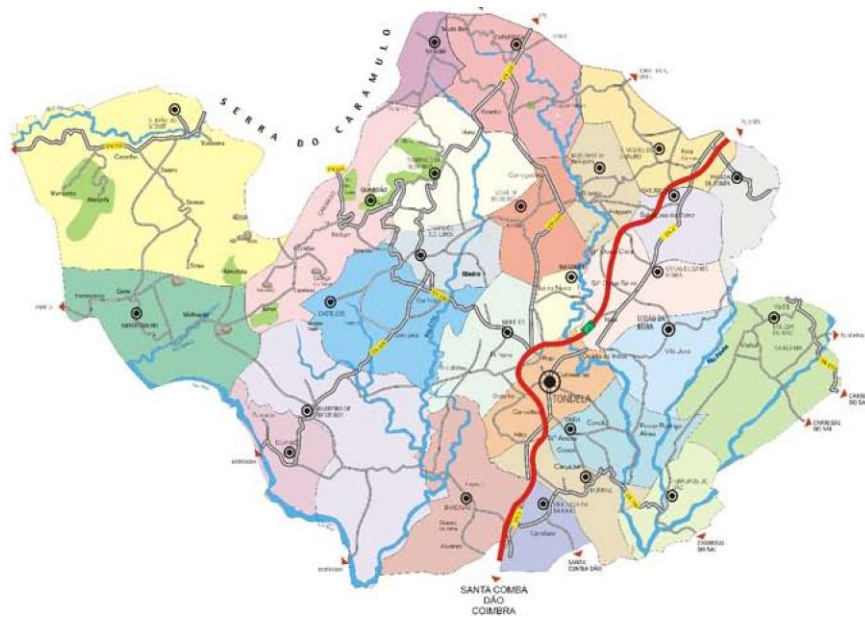


Fig. 1: Mapa do Concelho de Tondela

A divisão administrativa do Concelho de Tondela e as características particulares das 26 Freguesias revestem-se de uma heterogeneidade considerável, tanto ao nível da população, como em área geográfica. Deste modo, um resumo da caracterização demográfica das várias Freguesias que constituem o Concelho de Tondela pode ser encontrado no Quadro 2. Este reúne informações do Instituto Nacional de Estatística referente ao ano 2001 (últimos dados disponíveis).

Quadro 2: População e Área Geográfica por Freguesia

Freguesias	Nº de Habitantes	Área Geográfica Km	Freguesias	Nº de Habitantes	Área Geográfica Km
Barreiro de Besteiros (BB)	1061	37,0	Mouraz (MOU)	998	9,4
Campo de Besteiros (CB)	1395	7,9	Nandufe (NAN)	645	4,4
Canas de St. Maria (CSM)	2020	13,8	Parada de Gonta (PG)	812	6,7
Caparrosa (CAP)	911	16,5	Sabugosa (SAB)	623	7,2
Castelões (CAS)	1768	17,1	Santiago de Besteiros	1473	15,8
Dardavaz (DAR)	962	13,7	São João do Monte	1096	47,6
Ferreiros do Dão (FRE)	410	8,3	São Miguel do Outeiro	969	11,4
Guardão (GUA)	1834	19,0	Silvares (SIL)	184	8,0
Lajeosa do Dão (LAJ)	2209	24,6	Tonda (TDA)	1115	7,5
Lohão da Beira (LOB)	1207	14,1	Tondela (TND)	3935	11,7
Molelos (MOL)	2640	15,1	Tourigo (TOU)	571	8,7
Mosteirinho (MOS)	223	17,5	Vila Nova da Rainha	540	6,2
Mosteiro de Fráguas	621	10,3	Vilar de Besteiros (VB)	931	11,7
Total – Nº de habitantes: 31153; Área Geográfica: 371,2; Densidade populacional 84.					

Instituto Nacional de Estatística (2001)

Analisando os resultados do quadro dos Censos 2001, pode-se constatar que o Concelho de Tondela é constituído por 31153 habitantes, e que as Freguesias com mais população são Tondela (3935 habitantes) e Molelos (2640 habitantes). As Freguesias com maior Área Geográfica são São João do Monte (47,6 Km²) e Barreiro de Besteiros (37,0 Km²). O Gráfico 1 caracteriza a distribuição da população pelas Freguesias do Concelho de Tondela.

Distribuição da população pelas Freguesias

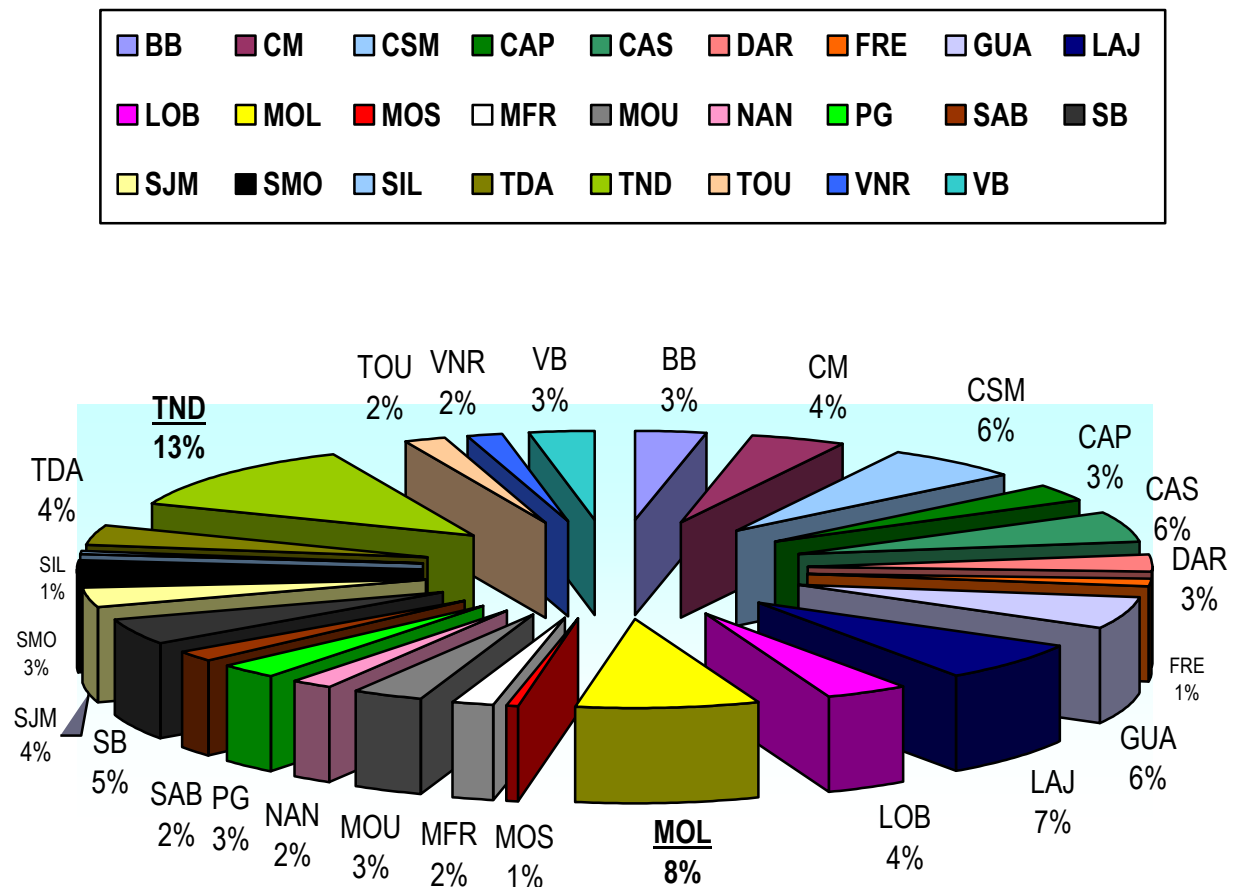
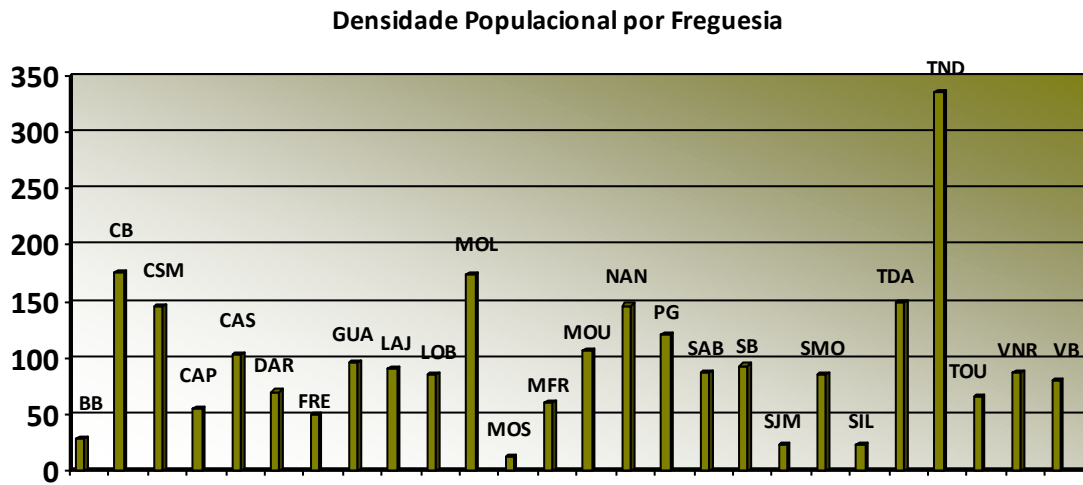


Gráfico 1 – Distribuição da população pelas Freguesias do Concelho de Tondela

Pode-se constatar que a freguesia com a percentagem populacional mais evidenciada é Tondela (13%), seguindo-se Molelos (8%).

Considerando as áreas de cada Freguesia e relacionando-as com o número de habitantes, pode-se averiguar a densidade populacional das diferentes Freguesias do Concelho de Tondela. O Gráfico 2 ilustra estas densidades populacionais do Concelho de Tondela.

Gráfico 2 – Densidade Populacional por Freguesia



Ao analisar o gráfico pode-se verificar que Tondela apresenta uma forte densidade populacional (336 habitantes/Km²), seguindo-se Campo de Besteiros (176 habitantes/Km²) e Molelos (175 habitantes/Km²)

A população de qualquer Concelho é constituída por indivíduos oriundos de diferentes grupos etários, tanto do sexo feminino como masculino. Deste modo, no Quadro 3 pode-se encontrar uma distribuição da população do Concelho de Tondela pelos vários escalões etários, sendo uma base para caracterizar melhor a população em estudo.

Quadro 3: Distribuição da população residente do Concelho de Tondela para os vários escalões etários.

Sexo	Grupo etário (por ciclos de vida)	População residente por Sexo e Grupo etário
F/M	Total	30 852
	0 - 14 anos	3 717
	15 - 24 anos	3 655
	25 - 64 anos	16 004
	65 e mais anos	7 476
M	Total	14 816
	0 - 14 anos	1 929
	15 - 24 anos	1 882
	25 - 64 anos	7 865
	65 e mais anos	3 140
F	Total	16 036
	0 - 14 anos	1 788
	15 - 24 anos	1 773
	25 - 64 anos	8 139
	65 e mais anos	4 336

**M – Masculino; F – Feminino; M/F – Masculino/Feminino.
Período referente ao ano 2007**

Instituto Nacional da Estatística (2007)

Com a análise dos dados anteriores, segundo o Instituto Nacional da Estatística (2007), pode-se constatar que o Concelho de Tondela possui 30852 indivíduos residentes dos diferentes escalões etários e sexo. O escalão etário que mais se evidencia é o 25 – 64 anos (16004 residentes), seguindo-se o mais de 65 anos (7476 residentes). Este facto leva-nos a afirmar que o Concelho de Tondela é somente mais um a possuir uma população cada vez mais envelhecida. Relativamente ao género, as mulheres encontram-se em maioria (16036 residentes do sexo feminino e 14816 residentes do sexo masculino).

4.2. Procedimentos Metodológicos

Pelas características do nosso estudo a metodologia utilizada é essencialmente de natureza qualitativa uma vez que nos debruçamos sobretudo na análise documental de vários textos da autarquia em causa e na interpretação de vários textos legais.

A recolha de toda a informação ocorreu junto de alguns responsáveis do Pelouro de Desporto da Câmara Municipal de Tondela, dos quais destacamos o Dr. Carlos Alberto Henriques, através de reuniões informais, bem como pela análise crítica de documentos, tais como:

- _ Plano de Actividades 2008/2009;
- _ Carta do Associativismo, Organizações e Serviços do Concelho de Tondela;
- _ Documentos internos da autarquia.

Desta recolha sublinha-se a informação relativamente às actividades desportivas desenvolvidas e apoiadas pela autarquia. Contudo, uma vez que sou uma das técnicas de desporto inseridas no Projecto “Combate ao Sedentarismo”, promovida pela autarquia de Tondela, foi possível a realização de uma observação participante do mesmo projecto, conseguindo adquirir um conjunto de informações e observações rigorosas e fiéis.

5. Apresentação e Discussão dos Resultados

Os resultados obtidos permitem realizar uma caracterização da realidade desportiva do Concelho de Tondela, na medida em que esta autarquia possui um conjunto alargado de actividades desportivas para determinados alvos da população.

De referir que, embora fosse de dificuldade acrescida, este estudo poderia ter um carácter mais aprofundado se tivéssemos conseguido informações e dados acerca do financiamento das autarquias ao nível da promoção das diferentes actividades físicas e desportivas. No entanto esta vontade de ir mais além não foi possível na medida em que os membros autárquicos possuem ainda algum desconforto em fazer transparecer alguns dados internos da sua intervenção.

5.1. Realidade Desportiva do Concelho de Tondela

A autarquia de Tondela é reveladora de um contributo notável e considerável ao nível da promoção de actividade física e desporto para as suas mais diversas populações espalhadas por todo o Concelho. Ao longo dos anos, o Município de Tondela trabalhou com um intuito de estruturar uma Política Desportiva, procurando criar estratégias de intervenção o mais apropriadas à realidade do município e dos seus munícipes. Com a elaboração de um conjunto de estudos relativamente às condições materiais (equipamentos e infraestruturas desportivas) do Concelho e as necessidades/gostos da população para a prática de actividade física, nomeadamente a Carta das Instalações Desportivas, a Carta das Organizações Associativas e dos Hábitos Desportivos da população do Concelho, existe um conhecimento significativo acerca da realidade desportiva, sendo mais fácil realizar uma planificação desportiva fundamentada, adequada e consciente.

As intervenções políticas do município de Tondela baseiam-se no princípio de “Desporto para Todos”, na medida em que desenvolvem um conjunto de actividades bem fundamentadas e com o intuito de satisfazer as procuras e necessidades das populações. Deste modo, existe um razoável leque de actividades orientadas para a Iniciação, Aperfeiçoamento, Competição, Lazer, Manutenção, Média ou Alta Competição, as quais descreveremos de seguida.

5.2. Actividades e Apoios

O Município de Tondela, através do seu Pelouro do Desporto, desenvolve e apoia um conjunto de actividades desportivas, atendendo aos interesses, motivações e características particulares das diferentes populações que compõem o Concelho.

A autarquia de Tondela procura estabelecer um conjunto de relações múltiplas e dinâmicas com os vários sistemas e organizações desportivas, nomeadamente federado, educativo, associativo e empresarial, de modo a contribuir efectivamente para o desenvolvimento desportivo e consequentemente para a melhoria da qualidade de vida das populações, através da implementação de um conjunto de estratégias inovadoras (protocolos desportivos e culturais, projectos e actividades desportivas para os diferentes grupos etários, apoios/patrocínios desportivos e comemorações desportivas, entre outros).

As actuações e promoções da Autarquia de Tondela ao nível do desporto pode ser constatada no Quadro 4 - Plano de Actividades do ano recorrente (2008/2009), através do vasto leque de actividades desportivas.

Quadro 4: Projectos e Actividades Regulares Anuais

Designação da Actividade/Projecto	Calendário
NATAÇÃO	
a) – Escola de Natação	17.09.2008 a 30.06.2009
b) – Escola Vai à Piscina	Outubro 2008 a Junho 2009
c) - Piscina de Exterior (Época de Verão)	
- Abertura ao público	1 de Julho 2009
- Encerramento	16 de Setembro 2009
XI JOGOS DESPORTIVOS DO CONCELHO	

a) – Apresentação b) – Inscrição Colectividades c) – Semana Sensibilização Prática Desportiva	07.03.2009 a 13.03.2009 09 a 27 Março 2009
d) – Inscrições Atletas, Técnicos e Dirigentes	20 Março a 06 Abril 09
e) Cerimónia de Abertura	03 Maio 2009
f) – Mini-Maratona Ecológica de Tondela	24 de Maio 2009
g) Fim-de-semana dos Jogos	7 e 8 Junho.09
h) Cerimónia de Encerramento	27 Junho 2009
PROJECTO DE COMBATE AO SEDENTARISMO «SAÚDE EM DIA – DESPORTO FAZ BEM»	
a) Avaliação dos projectos de 2008	5 de Dezembro 2008
b) Candidatura para novos projectos	1 a 31 de Dezembro de 2008
c) Selecção e comunicação aos candidatos	Até 14 Janeiro 2009
d) Início dos projectos 2009	1 de Fevereiro 2009
e) «Maio – Mês do Coração» (Concentração Concelhia dos projectos de Combate ao Sedentarismo: «Saúde em Dia»	24 de Maio 2009
Pavilhões Municipais e de Gestão Municipal	

(Tondela, Campo de Besteiros, Estádio João Cardoso e CA Molelos) – Abertura aos treinos e jogos federados (Escolas, Clubes, Empresas...) – Encerramento da época desportiva	22 de Setembro de 2008 31 de Julho de 2009
OUTRAS ACTIVIDADES	
Olimpíadas da Amizade Carlos Costa 2009	11 e 12 de Julho 2009
Festa da Juventude	11 e 12 de Julho
Rampa do Caramulo	5 e 6 de Setembro 2009
Elaboração e envio da “News Letter” mensal	Mensalmente
“Carta Desportiva do Concelho” - Actualização - Inserção “online”	1º semestre 2009
Circuito Intermunicipal de Natação	08 de Novembro de 2008 10 de Janeiro de 2009 08 de Fevereiro de 2009 28 de Março de 2009 09 de Maio de 2009 20 de Junho de 2009 27 de Junho de 2009
Seminário: «OLIMPIADAS AMIZADE – Carlos Costa	15 de Novembro 2008
LAN PARTY – Tondela	5, 6 e 7 de Dezembro 2008
Torneio Regional «Danone Nations Cup» Futebol Sub12	1 de Março
Final Regional Futsal – Desporto Escolar	15, 16 e 17 de Maio
Formação Profissional (Funcionários da Divisão) - Reunião de avaliação do exercício de 2008 - Apresentação das «Opções Estratégicas da Divisão	

para 2009» - Acções de Formação Profissional visando: Optimização da Gestão de Instalações Desportivas; Aquisição de conhecimentos operacionais no domínio das novas tecnologias; Polivalência funcional no âmbito das necessidades dos Serviços.	
--	--

Após análise do Quadro 4 pode-se constatar que os munícipes tondelenses, dos mais jovens aos mais adultos, podem desfrutar de um conjunto alargado de actividades e eventos lúdico-desportivos. As actividades desportivas realizadas encontram-se distribuídas ao longo do ano, no entanto existe uma maior prevalência em alguns meses, nomeadamente em Maio, Junho e Julho. É notável ainda que as actividades regulares desenvolvidas pela autarquia visam não só um desenvolvimento desportivo concelhio, mas simultaneamente a criação de uma planificação desportiva sustentada e qualificada (actualização e inovação das estratégias de intervenção e procura constante de formação).

Todas as actividades desportivas patentes no Quadro 4 decorrem nas diversas instalações desportivas (pavilhões, piscinas interiores e exteriores, campos exteriores, polidesportivos e espaços naturais) existentes nas freguesias do concelho.

A autarquia de Tondela estabelece igualmente vários tipos de recursos e apoios [(financeiro, logístico (material e instalações desportivas), humano (técnicos desportivos), entre outros)] ao associativismo desportivo (associações e clubes).

O Concelho de Tondela possui 132 Instituições Culturais, Desportivas, Recreativas e Sociais. Destas 123 são colectividades, sem fins lucrativos, nomeadamente 112 Associações Culturais, Desportivas, Recreativas e Sociais, 7 Clubes de Caça e/ou Pesca, 2 Associações Humanitárias Bombeiros Voluntários e 2 Agrupamentos de Escuteiros. Existem ainda 7 empresas de Serviços Desportivos, 1 Cooperativa de Solidariedade Social e 1 Fundação de cariz social.

Das 123 colectividades, sem fins lucrativos, 57 produzem ou participam em actividades desportivas, estando 16 federadas em Associações de Modalidade. Estas colectividades participam nos respectivos campeonatos e

modalidades desportivas (Futebol/Futsal, Andebol, Basquetebol, Natação, Karaté e Columbofilia).

De acordo com a Carta do Associativismo, Organizações e Serviços Desportivos do Concelho de Tondela (2008), quase 80% das associações possuem actividades desportivas. Estas são mesmo as actividades mais desenvolvidas pelas associações, seguindo-se as actividades culturais e as recreativas. Das actividades desportivas desenvolvidas pelas associações do Concelho de Tondela, 70% são de Lazer/Recreação, 25% Federada e 5% Formação.

5.2.1. Actividades promovidas pela Autarquia de Tondela

O Departamento de Desporto do Município de Tondela organiza um conjunto de projectos com carácter regular envolvendo o Movimento Associativo do Concelho, as Escolas e outras instituições de índole infantil e juvenil, nomeadamente:

- _ Os “Jogos Desportivos do Concelho de Tondela” e as “Olimpíadas ou Jogos da Amizade” destinado a crianças e jovens, com diversas actividades de carácter essencialmente competitivo;
- _ O Desporto na Escola destinado às crianças do 1ºCiclo e Jardins de Infância, com actividades de aprendizagem;
- _ “A Escola vai à Piscina” destinado às escolas do Concelho, com actividades de formação/aprendizagem;
- _ A “Escola de Natação” orientado para todo o tipo de população do Concelho (bebés, crianças, jovens, adultos e idosos), com actividades de aprendizagem/formação, recreação e competição;
- _ E o Projecto “Combate ao Sedentarismo” destinado preferencialmente a populações especiais (portadores de deficiência, idosos e crianças), com actividades de recreação.

Por outro lado também existe um conjunto de projectos desportivos municipais de carácter pontual, nomeadamente o Torneio Regional «Danone Nations Cup» Futebol Sub12 e a Final Regional Futsal – Desporto Escolar.

Atendendo a enunciação anterior das diferentes actividades físicas desenvolvidas pela autarquia de Tondela pode-se verificar uma ligeira predominância das actividades de competição sob as actividades de

recreação e de formação/aprendizagem, seguindo em concordância com o estudo de Monteiro (2001), que constatou que as actividades de competição possuem uma maior importância do que as de recreação para a Área Metropolitana do Porto.

De realçar que o Departamento de Desporto da Autarquia de Tondela proporciona ainda determinados Seminários e Cursos de Formação especializada para os profissionais do município e os técnicos desportivos do Movimento Associativo do Concelho, com o intuito de formar técnicos desportivos profissionais e com conhecimentos sistematicamente actualizados. Este ano decorrerá o Seminário “Olimpíadas da Amizade – Carlos Costa” e um conjunto de acções de formação profissional visando a optimização da gestão de instalações desportivas, a aquisição de conhecimentos operacionais no domínio das novas tecnologias, e a polivalência funcional no âmbito das necessidades dos serviços. Pode-se afirmar que a Câmara Municipal de Tondela pode ser incluída na percentagem de 8,53% de Câmaras Municipais Nacionais que desenvolvem uma política de formação dos quadros técnicos, defendidas por Pires (1993). Ao contrário do estudo de Fongo (2006), sobre a Autarquia de Valongo, que descurava a formação dos agentes desportivos, a Autarquia de Tondela manifesta a sua preocupação pela formação dos mais diversos técnicos de desporto do Concelho, criando mesmo diversas acções de formação ao longo do ano.

De seguida analisaremos cada uma das actividades desportivas desenvolvidas na região.

5.2.1.1. Jogos Desportivos do Concelho de Tondela

A Câmara Municipal, em conjunto com alguns representantes das

Associações e Clubes coordenadores de Modalidade Desportiva, pelo 10º ano consecutivo organiza os Jogos Desportivos, cabendo aos técnicos da Câmara, Associações e Clubes coordenadores da modalidade a organização técnica, nomeadamente a realização de calendários, marcação de provas, qualificação de atletas e aplicação de sanções disciplinares.

Os diversos jogos disputam-se ao nível de um conjunto vasto de modalidades, designadamente: Andebol, Aquadance, Atletismo, Basquetebol, Boccia, BTT, Carros de Rolamentos, Cicloturismo, Damas, Desportos de Aventura, Futebol 7 e Futsal, Jogos Tradicionais, Karaté, Natação, Orientação, Ténis de Mesa, Tiro ao Alvo, Voleibol - Giravolei e Xadrez.

Nos Jogos Desportivos podem participar equipas e atletas representantes de clubes, associações, casas do povo, instituições de solidariedade social, de qualquer área do Concelho de Tondela (excepto no caso dos atletas portadores de deficiência). As escolas também podem participar com atletas individuais ou em equipa, mas somente nas modalidades não competitivas e no Boccia. No caso de não existirem na freguesia clubes ou associações interessadas, podem participar equipas e atletas individuais, representando a sua Junta da Freguesia.

Deste modo, os Jogos Desportivos compreendem provas distintas e destinam-se a jovens, federados ou não, masculinos e femininos, sendo distribuídos por diferentes escalões:

Escalão S: 1988, 1989 e 1990.

Escalão J: 1991 e 1992.

Escalão A: 1993, 1994 e 1995.

Escalão B: 1996, 1997 e 1998

Escalão C: 1999, 2000 e 2001

Torna-se importante referir que os jovens portadores de deficiência não estão sujeitos ao limite de idade nos escalões definidos.

A realização dos Jogos Desportivos do Concelho tem demonstrado que, realmente, a prática desportiva pode trazer enormes benefícios sociais, na medida em que ocupa de forma saudável os tempos livres dos jovens que neles participam. Os Jogos Desportivos do Concelho de Tondela possibilitam que um grande número de jovens e adolescentes pratiquem desporto, na modalidade que mais gostam, convivendo com colegas e dirigentes de

Associações que desconheciam.

Outros dados importantes - Atribuição de Créditos às colectividades

Às colectividades que participam neste evento desportivo é atribuído um conjunto de créditos, que é um meio de obtenção de material desportivo ou outro disponível na lista detalhada do Gabinete de Desporto do Município de Tondela. Cada crédito corresponde a um euro e pode ser, positivo ou negativo. Os créditos também podem ser acumuláveis e transitam para o ano seguinte.

As colectividades/instituições participantes, poderão optar por transformar, anualmente e até 50 % dos seus créditos, em apoio financeiro, o qual será englobado no subsídio a atribuir pelo município no ano seguinte.

Quadro 5: Critérios de atribuição de Créditos

25	CRÉDITOS	Inscrição da Colectividade/Instituição
05	CRÉDITOS	Por cada Modalidade participada (Com um limite de 15)
10	CRÉDITOS	Por cada atleta inscrito
20	CRÉDITOS	1º Classificado
15	CRÉDITOS	2º Classificado
10	CRÉDITOS	3º Classificado
25	CRÉDITOS	Participação nas Olimpíadas da Amizade
10	CRÉDITOS	Prémio Fair Play

Quadro 6 : Lista de Penalizações

05 CRÉDITOS	Não comparência a reuniões convocadas no âmbito dos Jogos Desportivos
20 CRÉDITOS	Falta de comparência às cerimónias, abertura e encerramento dos Jogos Desportivos
20 CRÉDITOS	Falta de comparência de uma equipa a um jogo marcado
05 CRÉDITOS	Falta de comparência de um atleta inscrito numa prova individual à concentração marcada
50 CRÉDITOS	Falta de comparência às Olimpíadas da Amizade
25 CRÉDITOS	Comportamento anti-desportivo individual
50 CRÉDITOS	Comportamento anti-desportivo colectivo

5.2.1.2. Desporto na Escola

Desde o ano lectivo 1998/1999, que o Município de Tondela criou um projecto designado de “Desporto na Escola” constituído por um conjunto de

actividades físicas e desportivas destinadas às Escolas do 1º ciclo e Jardins de Infância do Concelho. Este projecto consiste em duas horas semanais, uma hora de Expressão e Educação Físico-Motora e outra hora de Natação nas Piscinas Municipais. O Município ainda organiza encontros locais desportivos reunindo várias escolas e Jardins de Infância de oito regiões do Concelho, onde as crianças do 1º Ciclo participam em jogos de competição e recreação, e as crianças dos Jardins de Infância em actividades lúdicas. Em consonância com o estudo de Fougo (2006), a autarquia de Tondela também possui actividades destinadas ao 1º ciclo e Jardins de Infância, ou seja, práticas desportivas para os escalões etários mais baixos.

5.2.1.3. Olimpíadas da Amizade

As Olimpíadas da Amizade não é mais do que um evento desportivo que integra um grande número de crianças e jovens não só do Concelho de Tondela, mas também de municípios vizinhos, nomeadamente Castro Daire, Nelas, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, Sátão, Vila Nova de Paiva, Viseu, Vouzela e Lamego.

Os jogos a disputar são de modalidades colectivas (Andebol, Basquetebol 3x3, Futebol de 7 e Futsal) e de modalidades individuais (Atletismo, Ténis de Mesa, Natação e Orientação).

Este evento desportivo destina-se às equipas e atletas representantes de clubes, associações, casas do povo, instituições de deficientes, grupos informais e escolas, pertencentes aos Concelhos anteriormente mencionados. Assim sendo, os Jogos das Olimpíadas da Amizade compreendem provas distintas e destinam-se a crianças e jovens, masculinos ou femininos, nascidos em:

Escalão J – 1991 e 1992

Escalão A – 1993, 1994 e 1995

Escalão B – 1996, 1997 e 1998

Escalão C – 1999, 2000 e 2001

5.2.1.4. Escola de Natação (Aprendizagem, Natação Para Todos e Classes Especiais)

A apetência pelas actividades aquáticas nomeadamente pela natação, no concelho de Tondela é uma realidade incontestável. Deste modo, a Câmara

Municipal desenvolve um conjunto de actividades que visam dar resposta a diferentes tipos de população, nomeadamente bebés, crianças e jovens, adultos e idosos.

A "Escola de Natação" é um projecto directamente vocacionado para as vertentes aprendizagem, manutenção e terapia aquática, sendo constituído por 2 dezenas de classes e frequentada por mais de 2 centenas de utentes.

As actividades aquáticas desenvolvidas são de natureza diversa, respectivamente a aprendizagem, a competição, a recreação, a manutenção da condição física e a terapia (sob o ponto de vista fisiológico, neurológico e ortopédico).

Deste modo, a Hidroterapia e a Hidroginástica destina-se a pessoas que necessitem de reabilitação nomeadamente, grávidas, idosos, público em geral. A Aquadance é outra actividade que tem vindo a ganhar grande adesão, promovendo-se em Tondela, graças ao intercâmbio com a cidade de Lannemezam, destinando-se a jovens do sexo masculino e feminino com idades compreendidas entre os 7 e os 17 anos.

As Piscinas Municipais são geridas em parceria com uma Instituição Associativa local que possui recursos humanos especializados, sendo da responsabilidade desta Colectividade a prestação de um serviço no âmbito competitivo. Assim, possuem duas classes (23 nadadores) federadas numa Associação Distrital da especialidade.

Em concordância com o estudo de Vasconcelos (2006) a Autarquia de Tondela, tal como as Autarquias de Castelo Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira e Penafiel, possui uma Escola de Natação que possibilita levar a modalidade de natação e outras actividades aquáticas a todos os segmentos da população.

5.2.1.5. Escola vai à Piscina

O projecto a "Escola vai à Piscina" é dirigido às Escolas (1º ciclo e outros) sendo frequentado pelos alunos dos estabelecimentos de ensino, tanto na componente curricular como nas "Actividades de Enriquecimento Curricular"

e extra-curricular. Deste modo, este projecto é essencialmente para os alunos das Escolas do Concelho que pretendem fazer da nataçãõ uma actividade de âmbito curricular ou extra-curricular, no entanto, destina-se igualmente à participação de Classes Especiais, como é o caso dos alunos com NEE - Necessidades Educativas Especiais. Este projecto decorre tanto nas Piscinas Municipais de Tondela, como nas do Campo de Besteiros.

Em conformidade com o estudo de Fougo (2006), a autarquia de Tondela também desenvolve um conjunto de actividades aquáticas ao 1ºciclo, a alunos com Necessidades Educativas Especiais e a outros.

5.2.1.6. Projecto Combate ao Sedentarismo

Este Projecto abarca 24 das 26 Freguesias do Concelho, nomeadamente Barreiro de Besteiros, Campo de Besteiros, Canas de Stª Maria, Caparrosa, Castelões, Dardavaz, Ferreirós do Dão, Guardão, Lajeosa do Dão, Lobão da Beira, Molelos, Mosteiro de Fráguas, Mouraz, Nandufe, Parada de Gonta, Sabugosa, Santiago de Besteiros, S. Miguel do Outeiro, S. João do Monte, Tonda, Tondela, Tourigo, Vila Nova da Rainha e Vilar de Besteiros.

O Projecto visa o alcance de um conjunto de objectivos, nomeadamente rentabilizar as instalações desportivas nas Freguesias do Concelho, envolver as Juntas de Freguesia na dinâmica desportiva local, proporcionar ao Movimento Associativo Concelhio novas opções de prática, criar condições para um trabalho com mais qualidade, recorrendo a Técnicos especializados, incentivar o aparecimento de projectos locais de emprego na área do desporto, mas essencialmente estimular o desenvolvimento de programas de ocupação saudável das populações, numa perspectiva de "Desporto para Todos", aliar a saúde à prática regular das actividades físicas e desportivas e aumentar os índices de prática desportiva no Concelho.

Podem concorrer a este Projecto Juntas de Freguesia, Associações e Instituições do Concelho de Tondela e, ainda, Técnicos de Desporto (professores, treinadores, monitores e animadores desportivos), preenchendo uma ficha de candidatura e entregando-a no Gabinete de Desporto do Município.

O Projecto “Combate ao Sedentarismo” destina-se a populações especiais, nomeadamente idosos, portadores de deficiência e crianças, ou outras, devidamente justificadas. Deste modo, a Câmara Municipal de Tondela pode ser integrada na percentagem - 33,3%, apontada por Pires (1996), de Câmaras Municipais que desenvolvem projectos dirigidos a grupos-alvo específicos.

O apoio do Município de Tondela baseia-se na atribuição de uma Bolsa Financeira ao Técnico de Desporto, de uma bolsa de actividades (entendidas como uma simples proposta) e ainda das instalações desportivas para as respectivas actividades. As actividades a serem desenvolvidas não podem ser federadas e a Natação pode ser uma das actividades desenvolvidas no âmbito deste Projecto.

O Projecto “Combate ao Sedentarismo” é constituído por quarenta e oito sub-projectos, cujas actividades desportivas são diversificadas (Natação, Hidroginástica, Aeróbica, Ginástica, Localizada, Body Combat e Ténis), conforme se pode constatar no Quadro 7.

Quadro 7: Projectos desenvolvidos pela Autarquia de Tondela em várias Juntas de Freguesias do Concelho.

Freguesia	Designação Projecto	Enquadramento		Calendário		
		Técnico	Instituição	Início	Fim	
Barreiro de Besteiros	Natação	Ana Costa	Junta de Freguesia Barreiro de Besteiros	5-Jan-09	30-Jun-09	
				21 -Set-09	20-Dez-09	
	Movimento Sénior			5-Jan-09	30-Jun-09	
				1 -Set-09	20-Dez-09	
Campo de Besteiros	Natação	Ana Costa	Junta Freguesia Campo Besteiros	5-Jan-09	30-Jun-09	
				21 -Set-09	20-Dez-09	
	Campo Besteiros em Movimento			Ana Costa	2-Fev-09	30-Jun-09
					1 -Set-09	20-Dez-09

	Preparando o Futuro Desportivamente	Henrique Sousa	Santa Casa Misericórdia Vale Besteiros - Convívio	5-Jan-09	30-Jun-09
	Movimenta-te pela saúde	Tatiana Borges	Santa Casa Misericórdia Vale Besteiros - Lar Idosos	2-Fev-09	30-Jun-09
				1-Set-09	20-Dez-09
Canas de Sr. Maria	Viver Saudável Viver Feliz	Tânia Almeida	Junta Freguesia Canas Santa Maria	5-Jan-09	30-Jun-09
				1-Set-09	20-Dez-09
Castelões	Natação	Ana Costa	Junta Freguesia Castelões	5-Jan-09	30-Jun-09
				21-Set-09	20-Dez-09
Dardavaz	Corpo são Mente Sã	Nuno Soares	Junta Freguesia Dardavaz	2-Fev-09	30-Jun-09
				1-Set-09	20-Dez-09
Ferreirós do Dão	Aeróbica	Fábio Borges	Casa Povo Ferreirós Dão	5-Jan-09	30-Jun-09
				1-Set-09	20-Dez-09
	Viver... Activamente	Luísa Mendes	Associação Social Cultural Vale do Dão	1-Set-09	20-Dez-09
	Natação - Viver... Activamente	Nuno Soares		2-Fev-09	30-Jun-09
			21-Set-09	20-Dez-09	
Guardão	Ginástica	Patrícia Henriques	Junta Freguesia Guardão	2-Fev-09	30-Jun-09
				1-Set-09	20-Dez-09
Lajeosa Dão	Faça Desporto - Sinta-se Bem	Pedro Úria	Casa do Povo Lajeosa do Dão	7-Mar-09	27-Jun-09
				5-Set-09	20-Dez-09
	Dance Fusion	Carla Santos		1-Mar-09	30-Jun-09
				1-Set-09	20-Dez-09
Andebol é na Lajeosa do Dão	Gonçalo Hubert	2-Fev-09	30-Jun-09		
Lobão da Beira	Aeróbica na Terceira Idade	Tatiana Borges	Clube Cruz Maltina Lobanense	5-Jan-09	30-Jun-09
				1-Set-09	20-Dez-09
	Ténis	Luís Brito		2-Fev-09	30-Jun-09
	Hidroginástica na 3ª Idade	Tatiana Borges		2-Fev-09	30-Jun-09

	(das 10:00 às 11:00)		Lobão da Beira	21-Set-09	20-Dez-09
Molelos	Mexa-se pela Sua Saúde	Eduardo Neves	Clube Atlético Molelos	5-Jan-09	30-Jun-09
				1-Set-09	20-Dez-09
	Natação	Tânia Maneira	AJUDA/ Botulho	5-Jan-09	30-Jun-09
				21-Set-09	20-Dez-09
	Não ao Sedentarismo	Tânia Maneira		5-Jan-09	30-Jun-09
				1-Set-09	20-Dez-09
Vamos lá mexer Molelinhos	Patrick Carvalho	Escola Futebol Clube Molelinhos	2-Fev-09	30-Jun-09	
			1-Set-09	20-Dez-09	
Mosteiro de Fráguas	Viver Saudável Viver Feliz	Tânia Almeida	Junta de Freguesia Mosteiro de Fráguas	5-Jan-09	30-Jun-09
				1-Set-09	20-Dez-09
Mouraz (Adiça, Saldonas, Couço, Carvalhal, Mouraz)	Seniores sem stop	Monica Rodrigues	Junta Freguesia Mouraz	2-Fev-09	30-Jun-09
				1-Set-09	20-Dez-09
Nandufe	População especial e Maiores de 20 anos	Tatiana Borges	Junta Freguesia Nandufe	1-Mar-09	30-Jun-09
				1-Set-09	20-Dez-09

Parada de Gonta	Parada de Gonta Saudável	Tânia Almeida	Associação Desportiva Recreativa Cultural Parada de Gonta	5-Jan-09	30-Jun-09
				1-Set-09	20-Dez-09
Sabugosa	Ginástica	Luís Riquito	Junta Freguesia Sabugosa	2-Fev-09	30-Jun-09
				1-Set-09	20-Dez-09
Santiago de Besteiros	Natação	Bárbara Andreia	Centro Cultural Recreativo Desportivo Santiago Besteiros	5-Jan-09	30-Jun-09
				21-Set-09	20-Dez-09
	Santiago Vivo – Aeróbica			5-Jan-09	30-Jun-09
				1-Set-09	20-Dez-09
Tonda	Ginástica	Carla Santos	Casa Povo Tonda	2-Fev-09	30-Jun-09
		José Ferraz			
	Sempre em Forma	Eduardo Neves	Associação Baptista	5-Jan-09	30-Jun-09

Tondela			Ebenezer	1-Set-09	20-Dez-09
	Stress Combat	Célia Matias	Associação Cultural e Recreativa Tondela	5-Jan-09	30-Jun-09
				1-Set-09	20-Dez-09
	Time Out	Célia Matias		5-Jan-09	30-Jun-09
				1-Set-09	20-Dez-09
	Saúde em Movimento	Telmo Ferreira	Junta Freguesia Tondela	5-Jan-09	30-Jun-09
				1-Set-09	20-Dez-09
	Tempo de Espera Saudável	Tatiana Borges		2-Fev-09	30-Jun-09
				1-Set-09	20-Dez-09
	Faça Desporto Viva Melhor	Carla Santos		2-Fev-09	20-Dez-09
Carla Marques		2-Fev-09		20-Dez-09	
Casa do Povo de Tondela com Desporto	Manuel Melo	Casa Povo Tondela	2-Fev-09	30-Jun-09	
	Tânia Maneira		1-Set-09	20-Dez-09	
Tondela (continuação)	Natação (das 19:45 às 20:30)	Ana Costa	Tondela Columbófila	2-Fev-09	30-Jun-09
				21-Set-09	20-Dez-09
	Movimento Sénior	Nuno Soares e Ana Costa	Associação Educação Física Desporto Tondela	1-Mar-09	30-Jun-09
				1-Set-09	20-Dez-09
	Ginástica	Luís Riquito	Associação Recreativa Cultural Ermidense	2-Fev-09	30-Jun-09
				1-Set-09	20-Dez-09
Natação	2-Fev-09			30-Jun-09	
			21-Set-09	20-Dez-09	
Tourigo	Natação	Ana Costa	Junta Freguesia Tourigo	5-Jan-09	30-Jun-09
				21-Set-09	20-Dez-09
	Movimento Sénior			5-Jan-09	30-Jun-09
				1-Set-09	20-Dez-09
Vila Nova da Rainha	Desporto para Todos	Célia Matias	Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha	5-Jan-09	30-Jun-09
				1-Set-09	20-Dez-09
Vilar de	Vilar em Movimento	Alfredo Mateus	Associação	2-Fev-09	30-Jun-09

Besteiros		Marcos Almeida João Ferreira	Desportiva Cultural Recreativa Vilar de Besteiros	1-Set-09	20-Dez-09
	Natação – Vilar em Movimento	Catarina Gomes		2-Fev-09	30-Jun-09
				21-Set-09	20-Dez-09
	Dança...Joga, mexe o corpo... Solta o Espírito	Joana Gomes	Junta de Freguesia de Vilar de Besteiros	2-Fev-09	30-Jun-09
				1-Set-09	20-Dez-09

Pode-se ainda constatar que existem 27 técnicos incluídos neste projecto, sendo que alguns dirigem mais do que um sub-projecto. A localidade de Tondela é aquela que se apresenta com um maior número de sub-projectos, na medida em que é a Freguesia que possui um maior número de população, de instalações desportivas e, simultaneamente por ser cidade, local com maior desenvolvimento industrial e desportivo. Em consonância com o estudo de Matos (2000) o desequilíbrio de oferta desportiva pelas diferentes zonas do Concelho foi evidente, conseguindo os habitantes dos centros urbanos um acesso mais rápido e facilitado às instalações e actividades desportivas.

O desenvolvimento do Projecto “Combate ao Sedentarismo” pelas diversas Juntas de Freguesias do Concelho foi uma forma estratégica de dar resposta a algumas necessidades da população e aos resultados alcançados no Estudo sobre os hábitos desportivos da população do Concelho de Tondela (Divisão de Desporto, Juventude, Turismo – CMT, 2008), nomeadamente:

- Envolver a população numa prática de actividade física ou desportiva em grupo, onde o lazer, a recreação, o divertimento e o convívio estejam patentes;
- Procurar cativar os munícipes do género feminino e essencialmente indivíduos adultos e idosos para a prática de actividade física e desportiva (1074 praticantes do género feminino e 314 praticantes do género masculino; média de idades de 41 anos – Dados do Projecto 2008/2009);
- Desenvolver e promover actividades físicas e desportivas nas zonas periféricas do Concelho de modo a melhorar a percepção dos munícipes acerca da realidade desportiva que os envolve.

Balanço do Projecto Combate ao Sedentarismo - 2007/2008

A autarquia de Tondela desenvolve o Projecto Combate ao Sedentarismo pelo segundo ano consecutivo, sendo que o estudo realizado pelo Pelouro do Desporto em 2007/2008 (285 questionários – 39% de representatividade) acerca da motivação e nível da participação dos respectivos utentes sugeriu resultados positivos e, conseqüentemente, motivos para a sua continuação, no mínimo por mais um ano. No ano 2007/2008 o projecto era constituído inicialmente por 535 participantes, no entanto este número aumentou para 737 participantes à medida que o projecto era divulgado, bem como por 24 sub-projectos e com 24 Freguesias envolvidas. Relativamente à assiduidade e frequência dos participantes é considerada boa (61%) e muito boa (35%), sendo que 96% dos participantes estão satisfeitos com as actividades sugeridas pelos técnicos, considerando mesmo que estes têm muita formação (95%). Por sua vez, os técnicos consideram que os objectivos do projecto estão a ser alcançados (100%), encontrando alguns problemas ao nível da adequação das actividades aos diferentes níveis de aprendizagem, de alguma falta de material e do espaço reduzido devido ao número elevado de participantes.

As conclusões deste estudo são positivas e mesmo impulsionadoras para a manutenção deste projecto, na medida em que os participantes querem continuar envolvidos no mesmo, sugerindo o alargamento do período de duração dos diferentes sub-projectos, o aumento da carga horária e que continue a ser de carácter gratuito.

Comparação Projecto 2007/2008 e 2008/2009

Uma das primeiras constatações é que o número de sub-projectos inseridos no Projecto Combate ao Sedentarismo aumentou de 24 para 48, ou seja na ordem dos 100%, sendo que as Juntas de Freguesias envolvidas se mantiveram, e certamente o número de participantes envolvidos no projecto aumentou.

Uma vez que ainda não se realizou o balanço de 2008/2009 não posso fornecer mais dados, uma vez que não são fundamentados por estudos, no entanto devido ao meu estatuto de participante no respectivo projecto, como

técnica, posso afirmar que possuo um maior número de participantes nos meus Sub-Projectos (Santiago Vivo – Aeróbica e Natação Santiago de Besteiros) devido à existência de uma maior divulgação pela Câmara Municipal, bem como pelo Centro Cultural Recreativo e Desportivo de Santiago de Besteiros (internet, flyers e vídeos promocionais), sendo a motivação e o interesse pela actividade física evidente em todos os participantes.

6. Considerações Finais

De uma forma genérica, a elaboração deste estudo possibilitou uma caracterização da intervenção da Autarquia de Tondela ao nível da promoção de actividades físicas e desportivas no Concelho durante o ano de 2008/2009.

Com este estudo pode-se comprovar que a Autarquia de Tondela desenvolveu determinadas investigações, nomeadamente a Carta das Instalações Desportivas, a Carta do Associativismo, Organizações e Serviços e os Hábitos Desportivos da População, com o intuito de conhecer melhor a realidade desportiva do Concelho, suas necessidades, preferências desportivas, estruturas e equipamentos desportivos e simultaneamente determinar estratégias de actuação fundamentadas, adequadas, conscientes e consistentes. Verifica-se igualmente que a autarquia desenvolve um número significativo de actividades desportivas, sendo a maioria destas destinadas às crianças e jovens (Escola de Natação, Escola vai à piscina, Jogos Desportivos do Concelho de Tondela e Olimpíadas da Amizade). No entanto, não deixa de desenvolver actividades para todos os tipos de população, nomeadamente para bebés (Natação), adultos e idosos (Natação e Actividades aquáticas e Projecto “Combate ao Sedentarismo”) e portadores de deficiência (Natação e Actividades Aquáticas, Projecto “Combate ao Sedentarismo”, Jogos Desportivos do Concelho de Tondela e Olimpíadas da Amizade).

Relativamente ao carácter ou tipo das actividades físicas e desportivas desenvolvidas verifica-se que existe uma ligeira predominância das actividades de competição/rendimento sob as actividades de recreação e de formação/aprendizagem.

Uma vez que os grupos etários 25 – 64 anos e 65 e mais anos são aqueles que possuem um maior número de população no Concelho de Tondela, considero que as actividades de recreação destinadas a estes grupos de população deveriam ser aumentadas. Embora o Projecto de Combate ao Sedentarismo desenvolvido pela autarquia junto de muitas Juntas de Freguesia e Associações Desportivas procure dar resposta às necessidades, gostos e procuras desportivas destas respectivas populações, encaro que é necessário um maior investimento desportivo junto desta população, com o intuito de

suprimir ou mesmo eliminar os níveis baixos de actividade característicos destas e simultaneamente criar uma vida com melhor e mais qualidade.

Relativamente ao Projecto “Combate ao Sedentarismo” pode-se verificar que o maior número de sub-projectos e, conseqüentemente, de actividades físicas e desportivas desenvolvidas, ocorre na Freguesia de Tondela. Deste modo, a Junta de Freguesia de Tondela possui 11 sub-projectos de actividade física capaz de satisfazer as necessidades e desejos desportivos da população. Esta supremacia da Junta de Freguesia de Tondela relativamente às restantes pode ser justificada pelo maior número de população na mesma e conseqüentemente pela maior densidade populacional, pelo maior número de instalações desportivas e pelo facto de ser cidade, logo maior desenvolvimento industrial e desportivo, e maior procura desportiva.

O estudo permite ainda constatar que as actividades físicas e desportivas de rendimento foram mais orientadas à população jovem dos 7 aos 17 anos, tendo sido as actividades recreativas dirigidas a todas as idades e a todos os tipos de população.

De realçar ainda que a Autarquia de Tondela preocupa-se com a formação, organizando deste modo acções de formação em temáticas pertinentes ao desempenho profissional dos Técnicos do Desporto (profissionais do Município e Técnicos do Movimento Associativo do Concelho). A promoção de seminários e cursos de formação especializada são vistos como o meio de dotar os recursos humanos de uma actualização e inovação de saberes e conhecimentos, conseguindo responder adequadamente e com qualidade a todos os desafios, ou seja, com enorme profissionalismo.

Com os dados recolhidos parece-nos que a Autarquia de Tondela orienta a sua intervenção na procura e na criação de uma Política Desportiva Concelhia que consiga dar resposta as necessidades de toda a população, não se esgotando numa única vertente desportiva ou criando condições de oferta a um só tipo de população.

Sem dúvida, que o Município de Tondela atribui particular atenção ao fenómeno desportivo, procurando levar o Desporto a todos os tipos de população, respeitando o princípio do “Desporto como um direito colectivo” e conseqüentemente do “Desporto para Todos”, através de serviços de desporto e de recursos humanos qualificados. Esta realidade possivelmente será mais

incrementada (maior diversidade e qualidade de actividades desportivas) no futuro, na medida em que o Presidente da Câmara Municipal de Tondela, Carlos Marta (2008), atesta que o Município continuará seguramente, num incessante movimento, a desenvolver uma política que possibilite, a todos o acesso ao Desporto.

De referir ainda que o desconforto demonstrado pelos membros autárquicos em desvendar alguns dados internos da sua intervenção impossibilitou um maior aprofundamento deste estudo no concerne ao financiamento autárquico para o desporto e a actividade física.

Bibliografia

Alves, A. (2000). A cidade e novo desporto – espaços desportivos informais de ar livre na cidade do Porto. Porto: A. Alves. Monografia apresentada com vista a obtenção da licenciatura em Desporto e Educação Física. FCDEF – UP.

Bento, J.(1998). Do Desporto, dos Clubes e da nossa Cidade. In Avaliar o presente...ganhar o futuro: O Desporto na Cidade do Porto. Câmara Municipal do Porto.

Bento, J. (2004). Desporto – Discurso e Substância. 1ª Edição. Colecção: Saberes do Desporto.

Branco, P. (1994). O município e o desporto – Contributo para a definição de um modelo integrado de desenvolvimento desportivo, centrado na autarquia e dirigido a crianças e jovens em idade escolar. Porto: P. Branco. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.

Cálão, P. (2003). Oferta e Procura Desportiva no Concelho de Viseu. Porto: P. Cálão. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.

Callede, J.(1991). O desporto para todos. Prática colectiva de interesse social. Câmara Municipal de Oeiras. Oeiras.

Carvalho, A. (1994). Desporto e Autarquias Locais. Edição: Campo das Letras. Porto.

Carvalho, M. (2003). Direito do Desporto no Município. Revista Desporto, 4, 14 -18.

Carvalho, M. (2007). Os Elementos Estruturantes do Regime Jurídico

do Desporto Profissional em Portugal. Porto: M. Carvalho. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Conceição, A. (2007). Desporto e Autarquias – Estudo para a Criação de uma Política Desportiva Comum para uma Grande Área Metropolitana do Porto. Porto: A. Conceição. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Constantino, J. (1990). Políticas de Desenvolvimento Desportivo nas Autarquias. Câmara Municipal de Oeiras. Oeiras.

Constantino, J. (1993). O cidadão e o desporto – novas tendências no desporto actual. In Revista Horizonte. Lisboa.

Constantino, J. (1994). Desporto e Municípios – Cultura Física. Livros Horizonte. Lisboa.

Constantino, J. (1997). A Sinergia Público, Associativo e Privado como resposta à problemática do desenvolvimento desportivo local. II Congresso de Gestão do Desporto – O Desporto em Portugal, Opções e Estratégias de Desenvolvimento. Associação Portuguesa de Gestão de Desporto. Lisboa.

Constantino, J. (1999). Desporto, Política e Autarquias – Cultura Física. Livros Horizonte. Lisboa

Constantino, J. (2002). Um Novo Rumo para o Desporto – Cultura Física. Livros Horizonte.

Costa, P. (2002). Conteúdo Funcional do Gestor de Desporto Municipal. Lisboa: P. Costa. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa.

Cunha, L. (1997). O espaço e o Acesso ao Desporto: estudo da

acessibilidade ao desporto na sub-região do Vale do Tejo: constituição de um modelo de avaliação. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa.

Divisão de Desporto, Juventude, Turismo – CMT (2008). Carta do associativismo, organizações e serviços desportivos do Concelho de Tondela. Câmara Municipal de Tondela – Pelouro do Desporto.

Dias, I. (2000). As Autarquias e o Desporto do Sec.XXI. Revista Horizonte, 16 (94).

Dias, I. (2000). Autarquias e o Desporto do Sec.XXI. Revista Horizonte, 2.

Divisão de Desporto, Juventude, Turismo – CMT (2008). Hábitos Desportivos da População do Concelho de Tondela. Câmara Municipal de Tondela – Pelouro do Desporto.

Divisão de Desporto, Juventude, Turismo – CMT (2008). Carta das instalações desportivas do Concelho de Tondela. Câmara Municipal de Tondela – Pelouro do Desporto.

Ferreira, M.; Nery, P. (1996). Desporto e Autarquias – Planificação e Programação Desportiva para o Desenvolvimento. Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de V.N.Gaia.

Fougo, J. (2006). O Desporto no contexto autárquico – Levantamento e análise da situação desportiva do Concelho de Gondomar 2005. Porto: J. Fongo. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto.

Garcia, R. (2002). A Educação Física face ao desafio do tempo livre. In Temas actuais em educação física e esportes VII. Editora Health-UFMG, Belo Horizonte, Brasil, 191 – 213.

Graça, O. (1998). O Desporto nos planos directores municipais. III.º Congresso Gestão de Desporto – Desporto 2000 Processos de mudança. 1998. Madeira. Organização: APOGESD.

Matos, V. (2000). Planeamento de Instalações Desportivas no Município – A Procura da Prática Desportiva na Estratégia do Planeamento Estudo Aplicado ao Município de Santo Tirso. Porto: V. Matos. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Meirim, J. (2007). Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto – Estudos, notas e comentários. Coimbra Editora. 1ª Edição.

Milheiro, L. (2007). Estratégia e Política Desportiva Municipal - Análise da política desportiva do concelho de Penafiel à luz dos pressupostos do planeamento estratégico. Porto: L, Milheiro. Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Nunes, M. (1999). Os grandes desafios da autarquia no âmbito do desporto, uma proposta de elaboração de um plano de desenvolvimento desportivo municipal. Revista Horizonte, 15 (89), 33-39.

Pereira, E. (1995). Marketing Desportivo. Uma perspectiva sobre estratégias a adoptar por serviços municipais de desporto. In Revista Horizonte, 12 (68), 47-68.

Pereira, E. (1998). As sociedades desportivas – Um novo Desafio para as Câmaras Municipais. In III Congresso Nacional de Gestão de Desporto: Desporto 2000 processos de mudança. Madeira.

Pereira, E. (2000). Actividades Físicas e Desportivas: que intervenção autárquica? Horizonte, 16 (96), 12-20.

Pires, G. (1988). Para um Projecto Multidimensional do Desporto. *Revista Horizonte de Educação Física e Desporto*, 5 (27), 101-104.

Pires, G. (1989). A Estrutura e a Política Desportivas - o Caso Português. Estudo da Intervenção do Aparelho Estatal no Sistema Desportivo Português. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Doutor em Motricidade Humana. Universidade Técnica de Lisboa.

Pires, G. (1993). Autarquias e Planeamento Democrático. In *Revista Horizonte*, 10 (56), 63-73.

Pires, G. (1996). Desporto e Política – Paradoxos e Realidades. Edição: o Desporto.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2005). Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Editora Gradiva – Publicações, L.^{da}. 4ª Edição.

Sarmiento, P. (2004). Os Desafios de um Sistema Desportivo em Final de Século. *Revista Desporto*.

Sousa, G. (1995). Inovação e criatividade no desenvolvimento de novos serviços desportivos. In *Revista Horizonte*, 12 (70), 132-135.

Vasconcelos, J. (2006). A Prática Desportiva na Região do Vale do Sousa – Estudo sobre a oferta desportiva das Autarquias de Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paredes, Paços de Ferreira e Penafiel. Porto: J. Vasconcelos. Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Legislação

Lei nº1/90 de 13 de Janeiro – Lei de Bases do Sistema Desportivo

Lei nº 159/99 de 14 de Setembro – Atribuições e Competências para as Autarquias Locais

Lei nº 169/99 de 18 de Setembro – Competências e Regime Jurídico de Funcionamento, dos órgãos, dos municípios e das freguesias.

Lei Constitucional nº 1/2005 de 12 Agosto

Lei nº 5/2007 de 16 de Janeiro - Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto

Internet

Instituto Nacional de Estatística, consultado 10 de Fevereiro de 2009 em www.ine.pt